

A SEMANA na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

13 a 19 de Setembro de 1992 Nº55

ÁFRICA DO SUL: Massacre no Ciskei obriga a retoma da das negociações.

O massacre ocorrido no dia 7 de setembro no bantustão Ciskei, onde 28 integrantes de uma manifestação convocada e dirigida pelo ANC foram mortos pela polícia, obrigou as forças políticas do país a tomar iniciativas no sentido de buscar uma solução para a crise política, materializada na violência que marca o cotidiano dos sul-africanos.

Após uma (natural) troca de acusações, onde governo e ANC responsabilizam um ao outro pela tragédia (o ANC recebendo indiretamente nessas acusações ao governo de Pretória o respaldo dos governos norte-americanos e australiano, que atribuíram a Pretória a responsabilidade maior no incidente), as duas principais forças políticas sul-africanas optaram pela negociação como forma de encaminhamento do problema. No dia 9 o presidente sul-africano Frederik de Klerk propôs um encontro com Nelson Mandela para discutir a situação, sendo anunciada no dia seguinte a anuência do ANC à realização desta reunião, que deverá ter uma "preparação minuciosa", pois, como destaca o secretário-geral do ANC, "o fracasso de uma tal reunião de alto nível significa um retrocesso irreparável para o país". Esta preparação está a cargo do próprio Ramaphosa pelo ANC, e do ministro do Desenvolvimento Constitucional, Rolf Meyer, pelo governo.

Embora tanto governo quanto ANC estejam conscientes da gravidade da presente situação e da premente necessidade de um acordo, este parece ainda distante; a incompatibilidade das concepções acerca da futura ordenação político-institucional da África do Sul é flagrante. O governo deseja a instalação de um modelo descentralizado, federativo, abrangendo uma composição com os atuais bantustões (cujas lideranças são suas aliadas, desta aliança extraindo as condições para o exercício de sua dominação

NESTA EDIÇÃO:

MPLA e UNITA apresentam seus programas de governo
p.02

Matérias com os intelectuais angolanos Costa Andrade e Ruy Duarte de Carvalho

pp.6-7

Revolta dos militares das FAPLA em Cabinda
p.08

Regularização dos imigrantes guineenses em Portugal

p.10

Problemas na cooperação entre os empresários portugueses e os PALOP

p.10

local, permitindo, pela fragmentação da maioria negra da população, a reprodução da dominação branca a nível nacional). O ANC pretende ver implantada uma estrutura unitária, centralizada, capaz de, nas palavras do correspondente em Johannesburg do Público, Steven Lang, "acabar no futuro com as divisões étnicas e tribais que têm originado milhares de mortos", de impedir a transformação da maioria em minorias. Ademais, há ainda polémicas em torno da intervenção estatal na economia, defendida pelo ANC e veementemente rejeitada pelo governo e pela burguesia sul-africanos.

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS – CEEA do Conjunto Universitário Candido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembleia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro – Brasil Cep: 20011.

**ANGOLA: Savimbi e José Eduardo encontram-se para re
solver questão militar**

O encontro realizado no Futungo de Belas, sede da Presidência da República, ocorreu em grande parte por pressão dos observadores do acordo de paz. A própria agenda da reunião entre Savimbi e José Eduardo seguiu nitidamente os aspectos apontados por esses observadores. O que deve ser ressaltado nesta situação é que o rigor assumido por Portugal, EUA e Rússia, no cumprimento das determinações do acordo de Bicesse, de certa forma atribuiu aos angoleses, e mais precisamente aos dois líderes que assinaram o acordo, uma certa paralisia. Na verdade tanto MPLA quanto UNITA deixaram-se levar pelo clima de campanha, e em decorrência disso aumentaram o número de acusações mútuas, o que inviabilizou uma proximidade mínima necessária ao processo de transição. Este momento de transição é indubitavelmente um período complexo, que deve ser encarado por ambas as partes como uma etapa importante para o aprendizado político da vida democrática.

As soluções encontradas na reunião versaram, principalmente, sobre a desmobilização dos dois exércitos partidários. O dia 27 de setembro foi fixado como data limite para desmobilização total desses exércitos. Segundo Jonas Savimbi haverá um outro encontro antes das eleições, onde certamente será aprofundada a hipótese de um comando conjunto das FAPLA e FALA como solução transitória para o problema. O cumprimento ou não das soluções apresentadas nesta reunião deixará claro se o encontro tratou-se, efetivamente, de uma retomada da direção do processo de transição, por parte dos dois principais líderes angoleses. (p.01 a 09)

Eduardo dos Santos e Savimbi encontram-se

O Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, e o líder da UNITA, Jonas Savimbi, fixaram ontem o dia 27 de Setembro como data para a desmobilização dos dois exércitos partidários. Este acordo foi alcançado numa reunião entre os dois signatários dos acordos de paz, que se encontraram na sede da Presidência da República. Numa sala do luxuoso edifício do Futungo de Belas, ladeavam os dois líderes os respectivos representantes na Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM).

Da agenda deste encontro constavam os aspectos que mais têm preocupado os observadores do processo de paz — a extinção dos exércitos partidários, associada à formação das Forças Armadas Angolanas, e o compromisso de aceitação dos resultados eleitorais. Debateram-se ainda as formas de observação internacional dos resultados eleitorais.

O encontro aconteceu no dia em que a missão tripartida dos países observadores do processo de paz angolano (Portugal, EUA e Rússia) iniciaram uma visita a Luanda, motivada pelos confrontos armados dos primeiros dias da campanha eleitoral e pelos ataques de que vinham sendo alvo os observadores do processo no terreno. Ontem de manhã, à sua chegada ao aeroporto de Luanda, aonde veio com o norte-americano Herman Cohen e com o russo Gregori Karasin, Durão Barroso, secretário de estado português dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, não escondeu a sua satisfação perante a possibilidade de a "cimeira" se realizar. "Já não era sem tempo", desabafou. E acrescentaria ser necessário que os dois signatários dos acordos alcançados em Portugal "dêem mensagens aos seus apoiantes de que este é um processo de reconciliação na-

cional".

Durão Barroso diria ainda que "o processo de paz angolano não tem tido contratempos de maior", embora não tenha escondido a sua "preocupação pelas notícias sobre a situação em Angola".

Nova "cimeira"

Ao falar aos jornalistas no fim da conversa com José Eduardo dos Santos, Jonas Savimbi considerou-a "positiva", por nela ter sido possível debater "os assuntos que ainda merecem preocupações, a três semanas das eleições". O líder da UNITA afirmou ainda que os dois vão voltar a encontrar-se antes das eleições de 19 e 30 de Setembro.

Por seu lado, o general Fernando Santos "Nandó", em nome do Presidente da República, justificou o encontro pela "necessidade de tranquilizar a opinião pública". Sobre Cabinda, "Nandó" assegurou que as duas partes "têm o mesmo entendimento político, pois

trata-se de uma parte integrante do território angolano", mas divergem na questão das forças que devem deslocar-se para o enclave.

Para alguns observadores, o facto de ter estado agendada a necessidade de compromisso para a aceitação dos resultados e de se ter discutido a necessidade de a comunidade internacional analisar a manutenção da paz no pós-eleições revela o clima de desconfiança nas relações entre as duas partes. Um clima que os observadores tentam manter controlado.

Depois de se terem reunido ontem com o Conselho Nacional Eleitoral e com a representante especial do secretário-geral das Nações Unidas em Angola, Margaret Anstee, os observadores avistaram-se hoje, em audiências separadas, com Eduardo dos Santos e Savimbi. ■

8 de Setembro de 1982

Governo de Unidade Nacional em Angola

António Matos,
em Luanda

No seu encontro de segunda-feira à noite, os dois signatários dos Acordos de Bicesse entenderam-se quanto à formação de um "Governo de unidade eleitoral" após as eleições. A revelação foi feita ao PÚBLICO por Durão Barroso (ver entrevista em baixo), depois dos encontros em separado com Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi.

Ontem à tarde, em Luanda, os representantes dos países doadores do processo de paz apresentaram à imprensa um balanço da sua visita de 48 horas, que consideraram "globalmente positiva". A visita da missão tripartida — integrada por Durão Barroso, secretário de estado

português da Cooperação e Negócios Estrangeiros, Herman Cohen, subsecretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, e Gregori Karasin, director para África do ministério russo dos Negócios Estrangeiros — forçou, segundo uma fonte diplomática, o encontro entre os dois principais líderes políticos angolanos. "É o efeito da exposição pública", disse a mesma fonte, acrescentando, numa referência irónica a uma palavra de ordem da UNITA: "É vestir as calças novas de Setembro".

Neste encontro, que os observadores internacionais consideraram "um retentamento do diálogo entre os dois signatários dos acordos", Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi fizeram-se acompanhar dos seus "estados-maiores" e passaram em revista os principais focos de tensão, que seriam ainda o tema dos encontros com os observadores, ontem realizados.

Não obstante o envolvimento e a preocupação dos observadores, revelados por esta visita relâmpago à capital angolana, estes não deixariam de remeter para os angolanos "todas as responsabilidades por um eventual descarrilamento do processo eleitoral". Os enviados estrangeiros reagiram ainda às acusações feitas à missão das Nações Unidas em Angola, reiterando "incondicional apoio à UNAVEM II".

Antes da conferência de imprensa, e logo após o almoço em casa do embaixador António Monteiro, chefe da missão portuguesa na CCPM, os representantes de Portugal, Estados Unidos e Rússia visi-

taram o "jango" instalado no Largo do Kinaxixi, um espaço público onde se têm realizado diversas actividades de esclarecimento sobre o processo eleitoral.

Uma visita rápida, mas que permitiu avaliar "a maturidade política" dos angolanos, manifestada num dos diálogos então registados: "Se houver um golpe de estado e o próximo Presidente eleito for morto, haverá novas eleições?" A pergunta, de um eleitor de 18 anos, embaraçou visivelmente o jovem que procurava esclarecer todas as dúvidas levantadas. Depois de uma hesitação, dizia: "Agora não lhe sei responder, mas logo às 21 horas já tenho a resposta." Mas prosseguiu: "Você sabe as consequências de um golpe de Estado, isso eu não preciso de lhe explicar. Mas se o Presidente morrer por doença, acho que o Parlamento deverá reunir-se de emergência para decidir sobre as medidas a tomar." ■

"Reconciliar o cidadão com o Estado"

Artur Mota
em Luanda

O MPLA apresentou o seu programa de Governo à imprensa e ao corpo diplomático acreditado em Luanda — siblinamente convocado pelo Ministério das Relações Exteriores. O partido no poder faz tábua rasa de 17 anos de governação e fala em justiça social e humanismo.

O manifesto eleitoral do MPLA e o seu programa de Governo assentam em quatro vectores: "Organizar o Estado. Garantir a democracia; política económica — factor de progresso; promover o bem-estar; preparar o futuro. Apostar nos angolanos." Um exercício autocrítico explanado em 69 páginas, em que se reconhece a necessidade de "reconciliar o cidadão com o Estado". Só que quinta-feira o partido voltou a confundir-se com o Estado, ao convocar através do Ministério das Relações Exteriores (Mirex) os embaixadores acreditados em Luanda.

Quando chegaram à Quinta Rosa Linda, os diplomatas acreditados na capital angolana mal podiam acreditar no que lhes estava a acontecer: a recebê-los — à entrada de um parque decorado com os motivos da campanha eleitoral de José Eduardo dos Santos e do partido no poder — estavam Kandy Pahizana, Marcolino Moco e Lopo do Nascimento, os primeiros três candidatos do MPLA pelo círculo nacional. Tinham sido convocados através de uma nota verbal do Mirex para uma recepção. "A partir daqui estamos à vontade para ir a todas as manifestações partidárias", desabafou um dos embaixadores, ironizando de seguida: "Inclusivé ao julgamento do Benguê Pedro João", o candidato presidencial que é acusado pelo seu partido, PSD, de um desvio de fundos.

"O encontro é da inteira responsabilidade do MPLA, mas pediu os bons préstimos do Ministério das Relações Exteriores do nosso Governo", justificou-se, então, o secretário-geral do partido, Marcolino Moco. Os embaixadores aplaudiram depois o discurso em que este dirigente resumiu as propostas políticas. "Noblesse Oblige".

MIRMO
SABADO 12 SETEMBRO 1975

"Uma democracia transparente"

O programa do MPLA sustenta-se nos "valores da defesa da independência e unidade nacionais, da paz, liberdade, igualdade, justiça social, solidariedade, democracia, humanismo e o princípio básico do respeito pelos direitos dos cidadãos". Defende a economia de mercado, "competitiva e de livre iniciativa", com mecanismos de justiça social assegurados pelo Estado. Numa das passagens mais auto-críticas, escreve-se: "Será imperioso evitar que as actuais situações de claras injustiças sociais e económicas engendradas por uma economia centralizada e burocratizada não se projectem no futuro".

O apoio à constituição e desenvolvimento do empresariado nacional "como classe social", consta também dos propósitos governativos deste partido, paralelamente ao "estímulo dos investimentos estrangeiros". Afirma-se, porém, que serão "condicionados certos e determinados investimentos directos na salvaguarda dos interesses nacionais".

As propostas deste partido sustentam-se na "estabilidade dos órgãos e instituições que integram o poder político" e na "transparência do exercício da democracia". Ao longo do texto, a questão dos direitos humanos é várias vezes referida. A política cultural do MPLA será voltada para o "aprofundamento do carácter popular da cultura angolana".

O partido liderado por José Eduardo dos Santos dá ainda importância particular ao poder local e à participação dos cidadãos na justiça. No âmbito da política de defesa nacional, o MPLA defende que o serviço militar obrigatório se deve tornar cada vez mais "numa actividade voluntária". No domínio da política externa, as propostas são no sentido do não-alinhamento e das relações diplomáticas, de cooperação e de amizade com todos os países do mundo.

A defesa do ambiente e dos direitos dos consumidores são outras preocupações expressas no manifesto do MPLA.

Setembro, calças novas

Do nosso enviado
Adelino Gomes

Economia de mercado, liberdade "da Igreja", Governo de unidade nacional, reflectindo "as sensibilidades do país", solução para Cabinda, relações com todos os países excepto Cuba, "base diferente mas sólida" nas relações com Portugal — o manifesto eleitoral da UNITA promete o que Savimbi já anunciara: em "Setembro, calças novas".

Bastaram cinco páginas ao partido de Jonas Malheiro Savimbi para desenvolver as linhas essenciais do seu manifesto eleitoral. Dezanove pontos ao todo, em que, a maior parte das vezes num só parágrafo, a UNITA anuncia posições que lhe são já conhecidas.

A defesa da economia de mercado "apoiada na alavanca da iniciativa privada e sentido de solidariedade nacional para com os mais desfavorecidos", sem prejuízo "daqueles que podendo produzir mais, mereçam retribuição consequente"; formação "e expansão de uma classe empresarial angolana", criação de um banco de Fomento Rural e incentivos ao investimento estrangeiro; dissolução da polícia anti-motim, "o maior perigo ao processo eleitoral", relações com todos os países, "excepto com Cuba"; criação de uma "base diferente, mas sólida, de relações com Portugal; liberdade religiosa com apoio fornecido pelo Estado laico" à formação espiritual e material do homem; programas (não especificados) de reintegração dos desmobilizados e de apoio aos mutilados, órfãos e viúvas de guerra; garantia de solução (não especificada) para o problema de Cabinda; Governo de unidade nacional que reflecta "as sensibilidades sócio-políticas do país e da reconciliação nacional", através de convites "a outros partidos" (não especificados).

Os temas Juventude e Direitos Humanos suscitam a atenção pelo inesperado das propostas, no primeiro caso, ou pelas surpreendentes debilidades gramaticais de que a formulação das intenções da UNITA sobre. Depois de prometer o óbvio — a "atenção necessária à juventude" — e de anunciar o combate a "to-

dos os vícios contrários à cultura angolana e África", o manifesto revela que um futuro governo de Savimbi "escolherá países do Ocidente de adequado grau técnico e científico" para aquilo que designa como a "necessária reciclagem ou formação" dos jovens "que estudaram nos países comunistas".

Antes de apontar a angolanidade e a africanidade como essenciais para a "reabilitação da alma angolana", o manifesto exprime a posição da UNITA em relação ao funcionalismo público e aos Direitos Humanos, este último um tema que de tão invocado por todas as partes corre um risco real de banalização.

A bizarra formulação utilizada aconselha a transcrição "ipsis verbis" (pontuação incluída) das cinco linhas em que a questão dos Direitos Humanos — um tema que de tão invocado por todas as partes corre um risco real de banalização — vem contida: "A UNITA é pela defesa dos Direitos Humanos, promovendo Direitos, Liberdades e garantias dos cidadãos, assim como os Direitos Sociais, Económicos e culturais, nos quais, dará o adequado acesso ao cidadão à uma informação/formação transparente e isenta".

Não menos emaranhado aparece o colete verbal em que o manifesto envolve as reais intenções que animam os seus autores no que respeita ao funcionalismo público, cuja continuidade garante "desde que a consciência política de serviço público se abe inexoravelmente à competência profissional num quadro de 'carreiras profissionais' previamente determinadas".

Subordinado ao título "UM PROJECTO PARA ANGOLA/ Por um futuro melhor", o manifesto, aprovado na convenção nacional que se realizou no Lobito entre 29 de Agosto e 1 de Setembro proclama que "foi unicamente graças à luta da UNITA que a democracia foi conquistada em Angola" e que Savimbi — "o homem com a capacidade para conduzir Angola à felicidade", — foi o seu percurso tanto neste país como em África "no tempo em que os regimes totalitários da região defendiam o monopartidarismo".

O manifesto consagra a palavra de ordem mais curiosa do movimento guerrilheiro, incorporando na parte conclusiva do texto a expressão já popularizada: "Setembro, calças novas", querendo com isso significar que as eleições vão trazer a Angola uma completa "mudança de regime".

Haverá eleições na Jamba

ENTRE a Somália e a Turquia, depois de uma saltada à África do Sul e uma brevíssima passagem por Lisboa, Durão Barroso juntou-se em Luanda a Herman Cohen e a Gregori Karasin. Missão cumprida, considera o secretário de Estado, a quem compete a representação de Portugal na comissão tripartida de observadores do processo de paz: "Só voltarei a Angola para a tomada de posse do novo Presidente e do novo Governo."

PÚBLICO — Com as condições logísticas e financeiras disponíveis, acha que é possível a realização de eleições justas?

DURÃO BARROSO — Estou convicto disso. Sinceramente. Os meios disponíveis proporcionam todas as condições para que o processo eleitoral seja um êxito. Tem havido um excelente trabalho do Conselho Nacional Eleitoral (CNE) e em particular da Direcção-Geral presidida por Onofre dos Santos (ver PÚBLICO de 7/9): ultrapassaram-se as expectativas quanto ao registo eleitoral e fez-se uma óptima campanha cívica. Penso que os níveis de votação vão ser muito elevados.

P — Mas a verdade é que a vinda dos observadores se deu numa ambiente de tensão.

R — Sempre antecipámos que ia haver dificuldades e manifestámos essas preocupações. A nossa vinda agora a Luanda deu-se aliás por insistência das partes.

P — Que preocupações leva no regresso?

R — Que haja algum incidente. Há sempre a possibilidade de um descarrilamento, como consequência de uma provocação e da resposta de outra parte. Nos encontros com José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, fizemos um apelo muito veemente no sentido de ambos enviarem sinais claros aos respectivos apoiantes para que nem provoquem nem respondam a eventuais provocações. Tive ocasião de lhes dizer que achava um absurdo (foi esta mesmo a palavra que empreguei) que o encontro entre ambos [anteontem] tenha corrido bem e no mesmo tempo haja mortos em Angola. É como haver mortos numa festa, a festa da democracia que se está a viver.

P — Como reagiram eles?

R — Da mesma maneira: es-

tavam de acordo e reconheceram que tem havido erros, apesar dos apelos que têm feito.

P — A verdade é que continuam ao mesmo tempo a provir dos mais altos responsáveis afirmações como esta proferida por Jonas Savimbi há poucos dias numa conferência de imprensa em Benguela, acerca do seu movimento: "Mantemos a mesma capacidade para o combate".

R — Nunca fiz comentários a declarações de nenhum dos líderes no plano individual. Penso de qualquer modo que não há condições para nenhum tipo de aventura, seja de quem for. O fundamental é que as eleições sejam indiscutíveis. Se elas forem isentas e tiverem a chancela da UNAVEM, não haverá condições políticas para que qualquer das forças as ponha em causa. Quando, no dia 30, a partir das sete da noite, começarem a chegar os resultados, merecendo o "sim" de quatrocentos observadores, a democracia impor-se-á por si própria. Além de que ambos pensam que vão ganhar.

P — Mas um certamente perderá...

R — Esse é o problema da gestão da decepção. Acredito no entanto na boa fé de ambas as partes, que chegaram a resultados que considero muito importantes nas últimas horas: a aceitação de extinção dos respectivos exércitos até ao dia 27, e, em caso de impossibilidade, um controlo por uma estrutura comum; e a integração dos chefes militares respectivos. Isto significa que vamos chegar às eleições com a elite militar de ambos os lados já integrada no Exército único. Outro ponto importante: a aceitação pela UNITA de que sejam as FAPLA a manterem-se em Cabinda, sob comando das Forças Armadas de Angola.

Problema de Cabinda

P — Pode ser um bom acordo, mas não resolve o problema de fundo, levantado pela FLEC e pela maioria da população do enclave...

R — É óbvio que não. Mas a via da resolução do problema de Cabinda deve ser a do diálogo e um Governo anido de eleições democráticas vai ter uma legitimidade que lhe permitirá pro-

curar uma solução efectiva muito melhor do que a actual.

Há um outro aspecto que gostaria de sublinhar como resultado do encontro entre os dois líderes: ambos aceitaram a ideia do Governo de Reconciliação Nacional. Não se trata de um Governo de coligação, note-se. Mas, sejam quais forem os resultados eleitorais, subsistem tarefas de reconstrução nacional que não terminam com as eleições e por isso aceitam que o Governo seja alargado a outras forças políticas ou personalidades. A pergunta sobre os dois cenários possíveis — "se ganhar convida elementos de outros partidos? Se perder, aceita que elementos do seu partido integrem o Governo?" — a resposta foi sempre a mesma: "Absolutamente".

P — Um dos focos de tensão, além dos dois exércitos e da polícia antimotim, é o da situação na Jamba. O Governo tem dito que não se realizarão eleições lá se a administração central não for estendida àquela área ainda sob domínio total da UNITA.

R — José Eduardo dos Santos e a CNE reafirmaram que todos os registados vão poder exercer o seu direito de voto.

P — Savimbi disse há dias que reverá toda a cooperação com Portugal. Falaram disso?

R — É um assunto que temos abordado e ele sempre me assegurou que dá o maior valor e prioridade às relações com Portugal?

P — Pode ter dado, mas agora parece ser diferente, pelo que ele disse.

R — Não é diferente. Ele não se referia à cooperação oficial mas a determinado tipo de interesses empresariais que não se adequam aos interesses de Angola.

P — Que tipo de interesses?

R — Não me compete a mim dizê-lo. O que ele parece criticar é a existência de empresas muito ligadas, por razões de interesse económico, ao MPLA. Nós temos uma política de Estado a Estado e estamos prontos a prosseguir-la com o Governo angolano que sair das próximas eleições. Acharmos que é do interesse de Portugal manter relações estreitas com Angola; e que é ainda do maior interesse para Angola manter relações com Portugal.

P — Prevê nova vinda a Luanda antes das eleições?

R — Não. Esperamos vir cá já para a cerimónia da tomada de posse do novo Presidente e do novo Governo, na fundação da II República. *

Adalberto Gomes
e António Matos, em Luanda

O Mais Velho Kimbala

ESPRESSO, SÁBADO 12 DE SETEMBRO DE 1992

**Benjamim Formigo
em NDALATANDO**

O MAIS-VELHO Kimbala, soba de Quimbambe (transcrição fonética), vestiu a sua velha casaca preta, colocou as dragonas que arranjou vá-se lá saber onde e foi até à cidade.

A antiga Vila Salazar, hoje Ndalatando, recebeu na quarta-feira, com hora e meia de atraso, o Presidente José Eduardo dos Santos, que por isso pediu desculpas à multidão que, desde as sete horas da manhã, o esperava para o comício: «O tempo não permitiu que o avião viesse mais cedo.»

Só depois de haver visibilidade em Capande, o Boeing 737 da TAAG safu de Luanda; em Capande, a bartagem começada há uma década e adiada pela guerra, o Presidente e os que iam com ele passaram para helicópteros para fazer os últimos 30 minutos de voo.

Com meios menos modernos de transporte, o mais-velho Kimbala chegou ainda mais tarde. Já não ouviu o Presidente a falar no comício numa linguagem que se calhar nem entenderia. Entrou discretamente na sala onde José Eduardo recebeu os sobas, procurou um lugar bem atrás, junto à parede, e manteve-se atento. Ouvia os outros chefes tradicionais, de fardamento caqui, queixarem-se das suas faltas e do que sofreram com a guerra.

Quanto a Kimbala, pela sua parte, passou «sele anos na mata», escondido da guerra com os seus; deixou de trabalhar o café, e nesse dia veio à cidade «esperar o palzínho que trouxe de comer». Mas o Presidente e os membros do Governo, que na véspera se reuniram com Manuel Pedro Pacavira, governador do Cuanza Norte, não levaram comida. Apenas tractores, instrumentos agrícolas e ambulâncias e um apelo: «Vamos pôr as fazendas de café a funcionar.»

Num discurso essencialmente didáctico, moderado e pouco eleitoralista, o Presidente falou às cerca de duas dezenas de milhares de pessoas que o esperavam. Não fossem a referência às eleições do fim do mês e os cartazes apelando ao voto em José Eduardo dos Santos e no MPLA, e estaríamos perante uma sessão de «Presidência aberta». O candidato falou como chefe do Estado e deixou ao animador o trabalho de propaganda. Tocou «banho» na multidão que durante horas esperou a sua chegada, e a sua segurança foi incapaz de conter as mulheres que quiseram «dançar com a Dona Ana Paula».

Quando a fonte tinha água...

Os militantes do MPLA que organizaram a visita não controlaram os mais afoitos — e foram bastantes. No aeródromo de terra batida, os grupos de recepção organizados pelo partido eram ultrapassados pelos espontâneos. Mulheres de capulana, com os filhos às costas, corriam ao lado da caravana que se dirigia para o local do comício, a uma centena de metros da residência do governador.

No fim do comício, 14 «minjas» e quatro polícias faziam um cordão com as mãos para conter a multidão enquanto o Presidente passava. «Temos aqui 66 homens a tomar conta da cidade, não é preciso

mais», explicou, confiante, um dos responsáveis da força anti-motim (policia de choque), «os minjas» na designação generalizada. Atacados sistematicamente pela UNITA, foram defendidos no comício por Pacavira que, falando antes de José Eduardo dos Santos, criticou o movimento de Jonas Savimbi e referiu-se à insegurança lançando a inusitada palavra de ordem: «Queremos a Polícia!» Horas depois do comício, Ndalatando voltava à tranquilidade. A agitação e a curiosidade tinham desaparecido das ruas.

«A vida é dura, o povo tem de trabalhar», dizia-nos de olhos vazios um velho que vestia um gasto blusão militar e recordava a disposição da praça principal da cidade 20 anos atrás, quando «a fonte tinha água. Havia ali uma estátua (não se lembra de quem ou nunca soube) que levaram para Luanda. Ali era a Fazenda e ali o Tribunal», disse-nos, apontando para o decrepito edifício. Depois afastou-se em direcção à estrada do Negage.

Se em Ndalatando o candidato José Eduardo dos Santos se pautou pelo discurso pedagógico, evitando ataques à UNITA sem deixar de lhe imputar as responsabilidades pela guerra e sublinhando os seus esforços pela paz, já o tempo de antena na televisão deu uma imagem diferente, com duras críticas à sua oposição, acompanhando o tom da campanha da rádio.

Antecipação

No terreno não deixa de haver pequenos incidentes.

Numa evidente manobra de antecipação à visita de Durão Barroso e dos seus homólogos norte-americano e soviético, Jonas Savimbi e o Presidente da República tinham-se avistado logo no início da semana para sublinharem publicamente a sua determinação em levar o processo de democratização até ao fim e decidirem do estrado processo de extinção das tropas governamentais e da UNITA e a sua substituição pelas novas Forças Armadas de Angola.

A tróica ouviu o Conselho Nacional de Eleições e a chefe da UNAVEM II, dando o seu aval ao registo eleitoral — que vinha sendo criticado pela UNITA — e apoiando a mis-

são da ONU — sob o fogo das críticas do Governo.

A visita dos três políticos e o encontro entre o Presidente e Savimbi acalmaram os ânimos, que se tinham exaltado com os incidentes no Centro do país. Se a tensão voltar a subir, a tróica poderá voltar a qualquer momento, e daí que, segundo uma fonte diplomática, não tenha ficado assente uma data para nova visita. «Se tudo correr bem, não é de excluir uma nova visita depois das eleições, muito especialmente se houver segunda volta», adiantou a nossa fonte, esclarecendo que «a qualquer momento os 'bombeiros' podem ter de voltar».

Nos meios diplomáticos rezeia-se desenvolvimentos negativos se nenhum dos candidatos tiver a maioria absoluta à primeira volta. Confrontada com a eventualidade da inexistência de um só exército à data das eleições, uma fonte governamental adiantou que tal questão será abordada «segundo uma fórmula a definir em reunião dos altos comandos». E em Ndalatando o Presidente deixou saber que existe a possibilidade de FAPLA (Governo) e FALA (UNITA) serem transitoriamente colocadas sob um comando conjunto e o seu armamento sob controlo.

Uma solução formal, jurídica e diplomática, que não deixaria o mais-velho Kimbala muito tranquilo, se entendesse a linguagem dos políticos.

ESPRESSO, SÁBADO 12 DE SETEMBRO DE 1992

Cabinda sitiada

A CIDADE angolana de Cabinda foi sitiada ontem e está a saque, na sequência de uma revolta dos militares das FAPLA que tomaram conta da cidade e se envolveram em violentos confrontos com partidários da FLEC, o movimento pró-independência do enclave. Os choques entre as duas forças agravaram-se a partir de Julho, tendo as FAPLA perdido na última semana perto de 20 homens, segundo uma informação não confirmada. Pelo menos dois mortos foram anunciados ontem pela televisão angolana, mas uma fonte não oficial disse que se verificou uma verdadeira «carnificina». O governador era tido como desaparecido depois de dois ataques ao palácio presidencial, um promovido pelas FAPLA, outro pela FLEC. Há 300 portugueses na cidade, que a FLEC anunciou tomar sob a sua protecção.

EXPRESSO, SÁBADO 12 DE SETEMBRO DE 1992
Fernanda Barão
em LUANDA

PREOCUPADOS com alguns «obscuros» que o processo democrático angolano tem conhecido, o líder da FNLA, Holden Roberto, e Daniel Chipenda, candidato presidencial independente às eleições dos próximos dias 29 e 30, tiveram ontem à tarde, em Luanda, um encontro de cerca de hora e meia.

No termo da reunião, Holden Roberto disse ao EXPRESSO ter-se tratado de um «primeiro encontro», no qual foi feita uma análise da situação política angolana. Segundo o candidato presidencial da FNLA, é preciso «lançar um apelo aos dois beligerantes (UNITA e MPLA) para que não façam nada que possa pôr em perigo o processo eleitoral».

Desde o início da campanha, têm ocorrido alguns incidentes entre simpatizantes da UNITA e do MPLA, os mais graves dos quais se passaram no Huambo e no Bié, dias 29 e 30 de Agosto, tendo feito algumas vítimas.

Quinta-feira desta semana, no bairro do Kikolo, em Luanda, elementos dos dois maiores partidos angolanos envolveram-se numa troca de pedradas. O incidente que, segundo testemunhas oculares, terá sido provocado por simpatizantes do MPLA, foi rapidamente sanado, não havendo a registar feridos.

Um dia antes, no Lobito, e novamente na quinta-feira no Bié, caravanas de apoiantes da candidatura de Daniel Chipenda foram igualmente apedrejadas. Segundo um porta-voz da campanha, os «arrastados», que não usavam qualquer identificação partidária, deslocavam-se em motas de quatro rodas. Estes veículos são usados pelos integrantes da UNITA em muitas das suas deslocações de campanha.

Ao falar ao EXPRESSO no termo do seu encontro com Daniel Chipenda, Holden Roberto disse que a forma como foram estabelecidos os Acordos de Bicesse conduziu à bipolarização da vida angolana. No entender do líder da FNLA, alguns aspectos desses acordos deviam ser alterados. Um deles diz respeito às Forças Armadas nacionais. «Há dois partidos que fazem parte do Exército, disse. Ora isso não é um Exército nacional».

No que se refere ao facto de tanto o MPLA como a UNITA afirmarem ter a vitória eleitoral como certa, Holden Roberto comentou ironicamente que «não podem ganhar os dois ao mesmo tempo». E adiantou: «O povo ainda não se pronunciou. Quanto a nós, partimos para ganhar, mas não temos o hábito de vender a pele da onça antes de a termos caçada».

EXPRESSO, SÁBADO 12 DE SETEMBRO DE 1992

Neto vai ser enterrado

Benjamim Formigo
em LUANDA

OS RESTOS mortais do falecido Presidente Agostinho Neto serão trasladados na próxima quinta-feira do antigo Palácio do Governo para o mausoléu que há mais de 10 anos tem estado em construção na Restinga.

A decisão tem vindo a ser sistematicamente adiada por não encontrar consenso dentro do Movimento Popular para a Libertação de Angola, no poder. Segundo uma fonte do MPLA, a translação foi «facilitada pela UNITA, ao reconhecer na sua Convenção de há duas semanas, no Lobito, o papel de Neto como líder da libertação de Angola».

O Governo voltará, assim, a funcionar no Palácio do Governo, onde esteve instalada a Administração portuguesa, e o Presidente da República — se for eleito José Eduardo dos Santos — transferir-se-á para o Morro da Luz, perto de Luanda, onde está em construção um novo complexo.

O Futungo, ao sul de Luanda, onde actualmente se encontra a residência oficial e o gabinete da presidência da República, reiniciará a sua anterior actividade — turismo —, sendo integrado, de acordo com a mesma fonte, «no triângulo turístico Belas, Futungo, Mussulo e Quissama, que se encontra já em fase de desenvolvimento».

UNITA Reconciliação a todo o custo

EXPRESSO, SÁBADO 12 DE SETEMBRO DE 1992

Fernanda Barão
em LUANDA

PARALELAMENTE ao optimismo quanto aos resultados, que, garantem, lhes darão a maioria absoluta, vários dirigentes da UNITA parecem apostar, nesta campanha para as primeiras eleições presidenciais e legislativas em Angola, em transformar «os senhores da guerra em senhores da paz».

A expressão é de Jaka Jamba, secretário da Cultura da UNITA, mas é neste sentido que vão, por exemplo, as declarações de Jorge Valentim, responsável pela Informação do partido, para quem «a principal preocupação da UNITA é a reconciliação nacional. Nem sequer iremos buscar os «dossiers» da corrupção. De qualquer forma, os milhões que por ela foram consumidos já não valem», acrescenta.

Para este dirigente da UNITA, neste momento importa sobretudo salientar que «os angolanos se estão a comportar de uma maneira exemplar» no processo de aplicação dos acordos de paz assinados após 16 anos de guerra.

No fundo, estes responsáveis do principal partido de oposição angolana repetem o mote lançado pelo seu presidente, Jonas Savimbi, na segunda-feira, após o seu encontro de quase três horas com o Presidente José Eduardo dos Santos. «Toda a gente quer paz, quer entendimento e também nós queremos espalhar os espíritos», disse o líder da UNITA.

Mas o facto que dominou a cena política nacional ao longo desta semana foi a questão do Governo de unidade nacional, princípio igualmente aceite por Jonas Savimbi nas declarações que prestou aos jornalistas, na segunda-feira, quando ainda se encontrava em Luanda a «troika» de observadores do processo de paz.

Segundo declarou Abel Chivukuvuko, secretário dos Negócios Estrangeiros do partido, a formação de um Governo de unidade nacional «sempre foi um princípio», devendo a escolha dos elementos de outras forma-

ções políticas, a integrar um futuro Executivo resultante de uma maioria eleitoral conseguida pela UNITA, ser feita «com base em critérios de competência, rigor e moralidade».

«Independentemente da maioria que esperamos — afirma Jorge Valentim — temos a responsabilidade histórica de ir buscar, para integrar o nosso Governo, personalidades de todos os partidos, incluindo o MPLA. Até já temos nomes, mas não os divulgamos porque não queremos colocar essas pessoas numa situação delicada».

A VINTE dias das primeiras eleições presidenciais e legislativas em Angola, Luanda apresenta poucos sinais exteriores de campanha. Os cartazes não abundam e, até há poucos dias, predominavam os do partido governamental, o MPLA. Mas, desde quarta-feira, a principal força política de oposição, a UNITA, parece apostar em recuperar o tempo perdido ao nível das acções propagandísticas, organizando caravanas diárias que partem da sede distrital para os bairros da capital para, com o apoio das populações locais, procederem à colagem de cartazes.

São algo improvisadas, não saem à hora, são barulhentas e «aceleradas», mas isso não impede que a sua passagem pelas ruas da cidade, em direcção aos musseques, seja acolhida com sorrisos, mãos estendidas em gesto de saudação, gritos de «O galo já vom» e «Viva a UNITA». A falta de comícios em moldes tradicionais parece tender a ser compensada por este tipo de acções, em que é a caravana que passa e não as pessoas que têm que se deslocar.

Alinhados ao longo da estrada que conduz ao bairro do Kilomba Kiazzi (ex-Golfo), na quarta-feira, homens, mulheres, crianças, assistem à passagem da caravana. Podem bandeiras, camifolhas, chapéus (bonés), sobretudo chapéus. Esporadicamente, divisamos mas outros exemplos ao qual se lê uma mal disfarçada tristeza ou um mal disfarçado recio. Mas, como sublinhou o dirigente da UNITA e candidato a deputado,

De facto, a adesão popular é grande: as palavras de ordem são entoadas em tom ritmado («Até Setembro fora, Dos Santos são-tomense» e «Savimbi nosso guia»), as bandeiras são coloridas, a «abamar» a rotina de um quotidiano cinzento pela «terra vermelha» (que deu o nome aos museques) e pela miséria de habitações mais do que precárias — tábuas e chapas metálicas «costidas» num equilíbrio instável. «Há muita gente que está a perder o medo de mostrar que está conosco», aponta Chivukuvuko.

Tudo acabou em paz

No bairro Kilomba Kixi vivem sobretudo regressados do Zaire. Quando ali chegamos, os megafones despejam expressões em «ngala». É um dialecto zairense.

Já no interior do comité local da UNITA, para «aquecer», ou seja, como prelúdio à organização das equipas que irão colar cartazes no bairro, soam os tambores a acompanhar o bater ritmado dos pés no chão, o balançar dos corpos. É festa. E a festa inclui distribuição de camisolas e bonés. Mais tarde, depois de terminado o trabalho, será a vez dos alimentos.

De um painel pintado na parede do fundo, os rostos do primeiro-ministro português, Cavaco Silva, do presidente da UNITA, Jonas Savimbi, e do Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, «assistem» a toda esta actividade. É uma pintura, versão da fotografia histórica do aperto de mão entre os dois líderes angolanos, após a assinatura dos acordos de Bicesse. A UNITA transformou-a numa espécie de símbolo, patente em muitos dos seus comités locais.

No outro lado do pátio do comité do bairro Kilomba Kixi, um «placard», encostado a uma parede, saúda o líder da UNITA: «Ao Doutor das Letras J. M. Savimbi. Sejas bem-vindo oh! pai! Promotor da Paz. O povo do comité de zona 3 de Agosto do K. Kixi, e de Angola em geral, espera por ti. A fim de guiar esta revolução tão parafítica. Queremos a realidade que nos vai conduzir numa Angola renovada, democrática e soberana. Viva a UNITA. Viva o nosso líder Doutor Savimbi».

Na quinta-feira, a caravana de UNITA deslocou-se ao Kikolo. Pouco antes, estivera lá o candidato presidencial do MPLA, Eduardo dos Santos. A parte umas pedradas lançadas por simpatizantes do MPLA, tudo correu bem. Mesmo com elas, tudo acabou em paz.

Ex-guerrilheiro vence nas artes plásticas

ANTIGO GUERRILHEIRO do MPLA, com o nome de guerra Ndunduma We Lepi, e poeta de vários heterónimos e outros tantos discursos literários, Fernando da Costa Andrade é hoje, também, um dos mais conhecidos e bem sucedidos artistas plásticos angolanos.

Dos conturbados anos que se seguiram à independência, durante os quais ocupou posições importantes no aparelho doutrinário do regime — tendo sido director do «Jornal de Angola» — Costa Andrade fala pouco: «Do poder», afirma, «desliguei-me completamente. Agora já não estou ligado ao poder. Estou ligado a uma ideia».

Recentemente, Costa Andrade lançou um novo título, «Lwini», um breve caderno de poesia de amor com a chancela de União dos Escritores Angolanos. Na mesma ocasião inaugurou uma exposição de pintura, tendo vendido — logo durante o lançamento — milhar e meio de livros e metade das obras expostas. Este sucesso pessoal ajuda a explicar, concerteza, o optimismo com que encara o futuro próximo de Angola: «Eu creio que no meio de toda esta situação amarga, de drama e mesmo alguma regressão cultural, ainda há gente capaz de apostar na reconstrução nacional».

Afirmando ser possível viver em Angola apenas dos rendimentos que recolhe da venda aos seus amigos, ou mesmo dos direitos de autor, Costa Andrade reconhece, no entanto, que a literatura angolana e as estruturas que os representam atravessam um período difícil: «A União dos Escritores está a viver um período de recessão que vive o país, mas é possível refazê-la. Todos os países, povos e lite-

raturas têm os seus períodos de ouro, de bronze e até de chumbo. Neste momento já não estamos, de facto, no nosso período de ouro.»

O MPLA incluiu o seu nome nas listas para deputados, mas não o conseguiu convencer a integrar o Comité Central: «E mesmo nas listas do MPLA figurei como independente», diz. Ao contrário de outros intelectuais que durante anos apoiaram o partido no poder, Ndunduma — nome porque continua a ser conhecido — afirma-se tranquilo e disposto a permanecer em Angola mesmo em caso de vitória da UNITA: «Quero continuar a viver em Angola. Eu não tenho para onde ir porque, para mim, qualquer uma das outras pátrias amigas seriam sempre pátrias de exílio. E eu já estive exilado demasiados anos, não quero mais experimentar o exílio.»

Em resposta ao jovem escritor angolano, de língua inglesa, José Sousa Jamba, que em artigos publicados na imprensa angolana e portuguesa o acusou de participação em estruturas de repressão do Governo do MPLA, Costa Andrade começa por notar que sempre defendeu o próprio Sousa Jamba: «Fui eu», diz, «a primeira pessoa a falar desse escritor em universidades italianas, projectando-o como uma das grandes afirmações da nova literatura angolana». Faz uma pausa e continua: «Agora sobre o homem, que não conheço, perante o que ele escreveu e escrevendo sobre crises que rigorosamente não conheço, eu terei de responder segundo o que ele merece — relativamente ao senhor, eu sou a caravana e passo!» a J. E. A.

Panfletos de Savimbi em Tomar

MAIS de dois milhões de panfletos para a campanha eleitoral da UNITA foram feitos na Tipografia Comercial, em Tomar. E outros teriam sido igualmente feitos em Portugal.

Segunda uma fonte partidária por nós contactada, a impressão em Tomar foi devorada pelas dificuldades que a UNITA encontrou em Luanda.

Foram impressos três tipos e de várias cores. Um deles apresenta a foto de Savimbi como «o Presidente da Mudança»; outro refere que «Angola é rica mas os angolanos vivem pobremente» e o terceiro diz que o «Novo Presidente ama os pobres», «expulsou inimigos da Pátria» e que «traz paz, Justiça Social, pão e acaba a corrupção».

João Manuel Sampaio,
em Tomar

TEMPO de ANTENA

Um acto de amor

«É UM acto de mudança, um acto que a juventude devia seguir», disse um dos convidados, referindo-se ao casamento do líder do Partido Renovador Democrático (PRD), Luís dos Passos. «É um acto de grande coragem», assegurou outro participante, «porque os recém-casados se assumiram diante da sociedade»; e o próprio Luís dos Passos, entrevistado enquanto passeava na praia com a jovem noiva, considerou ser o casamento «não só um acto de amor, mas também um acto de paz». Na verdade, parece ter sido essencialmente um acto político, pois serviu para preencher na íntegra o tempo de antena do PRD na televisão.

Igualmente festivo foi o programa da UNITA, que mostrou grandes multidões a cantar e a dançar nos diferentes comícios em que Jonas Savimbi tem participado desde Junho deste ano. O MPLA deu a voz a dois militantes históricos: Henrique Abranches — escritor e

artista plástico nascido em Lisboa e que se naturalizou angolano após a independência — e Diógenes Boavida, durante muitos anos ministro da Justiça. Abranches, conhecido como um comunista ortodoxo, garantiu que «o voto no MPLA irá permitir o acesso à democracia a toda a nação angolana», enquanto Boavida, mais cauteloso, preferiu dizer que o MPLA, «apesar das críticas que lhe possam ser feitas, ainda é o único partido capaz de dar às massas aquilo que elas merecem».

O Fórum para a Democracia (FDA), que tem assente toda a sua campanha no combate à direcção da UNITA, lamentou a fraca qualidade das suas imagens, o que se explicaria, segundo um dos seus dirigentes, porque «nem sequer pode sair à rua para gravar», com receio de represálias do movimento de Jonas Savimbi. Já o Partido Democrático do Progresso-Associação Nacional de Angola (PDP-ANA) fez o apelo ao voto em Jonas

Savimbi, «o génio da democracia em Angola», preenchendo o resto do seu tempo de antena com um discurso em língua quicongo. O quicongo é de resto a língua nacional mais escutada na televisão, embora seja na verdade menos falada no conjunto do país do que o umbundu e o quimbundu. Isto explica-se pela proliferação de partidos dominados por cidadãos do Norte de Angola. O próprio lingala, idioma nacional do Zaire, tem sido muito utilizado nesta campanha eleitoral. a J. E. A.

Ruas sujas, noites iluminadas

José Eduardo Agualusa, em Luanda

A abertura da economia angolana à iniciativa privada começa a dar resultados visíveis. Por todo o lado se multiplicam os restaurantes, as barbearias e as lojas de roupa e artigos diversos, ao mesmo tempo que se notam os terrenos mais abandonados. Neste aspecto, os jovens militares que integram o corpo da UNAVEN não têm com certeza razões de queixa.

RUBEN

4 SETEMBRO 1992

PÚBLICA

QUINTA-FEIRA, 10 SETEMBRO 1992

As noites de Luanda estão cada vez mais iluminadas. Nos últimos meses tem-se multiplicado o número de restaurantes e discotecas e os luandenses começam mesmo a recuperar o velho hábito colonial de sair à noite para ver as montanhas.

A recente inauguração de uma loja da Benetton, com preços surpreendentemente baratos, mereceu honras de primeira página do "Correio da Semana", o único semanário independente da capital angolana. Outra loja de pronto a vestir que ressurgiu com o nome foi a velha "Nova York", que durante anos vestiu a burguesia elegante da antiga cidade de Nova Lisboa, hoje Huambo.

Embora as ruas de Luanda continuem tristes e sujas, com os passeios cobertos de lixo, os prédios destruídos e um ambiente geral de pós-apocalipse, parece haver muito dinheiro, por vezes mesmo nos sítios onde não se está à espera que ele apareça. A poetisa Maria Alexandre Daskalos, presentemente a gerir uma empresa de mobiliário, diz que o negócio vai de vento em popa: "Ainda recentemente vendi um conjunto de quarto num valor superior a 10 mil dólares". Faz uma pausa e ri: "O cliente era um homem do Camuanga" (um dos grandes bairros operários da capital angolana).

Há, porém, quem veja com algum ceticismo a proliferação de restaurantes e estabelecimentos comerciais em Luanda. O antropólogo Ruy Duarte de Carvalho, por exemplo, recia um súbito colapso: "É possível que se tenha já atingido o máximo de capacidade em certos sectores. Muitas empresas estão agora à beira da falência".

Restaurante chinês

Henders, um sueco forte e ruivo, casado com uma vietnamita, abriu recentemente um restaurante de comida chinesa na praça da Chicala, mesmo defronte da fortaleza que domina a cidade. Nas noites de sexta-feira os clientes formam bicha à espera de um lugar: "Alguns chegam a esperar quase duas horas", diz Henders com orgulho, "isso mostra que gostam da nossa comida".

O sueco está em Angola há sete anos e antes da sua actual actividade trabalhava numa empresa de construção: "Até que um dia apareceu um ho-

mem de Hanói e perguntou pelo preço do restaurante. Como a minha mulher cozinha muito bem, ele pensou que tivéssemos um restaurante. Achei que podia ser uma boa ideia e dei a empresa para fazer o restaurante".

Os clientes de Henders são quase todos estrangeiros, cooperantes que recebem em moeda forte. Para eles os 50 mil kwanzas que custa uma refeição, o ordenado mensal de muitos angolanos, é um preço barato. Outros restaurantes, na cidade, é possível comer, e comer muito bem, por apenas cinco mil kwanzas (menos de 300 escudos), enquanto no novíssimo "Afrodisíacos" — uma bela construção em estilo tropical que apenas utiliza materiais naturais, como colmo, barro e bordão — uma refeição atinge facilmente os 50 dólares.

A presença de estrangeiros é também uma constante nas pequenas discotecas ao ar livre, na ponta da ilha de Luanda, onde — ao balanço doce das mornas cabo-verdianas ou do frenético som das Antilhas — filipinos, italianos e portugueses volteiam abraçados a jovens angolanas.

No "Bar Aberto", um excelente espaço, também ao ar livre, decorado com esculturas em ferro do conhecido artista plástico angolano António Ole, o ambiente é muito mais sofisticado. Aqui, adolescentes esguias, de cabelo entrançado e brinco de prata no nariz, conversam numa mistura de línguas com jovens loiros e musculosos: são os homens da UNAVEN (grupo especial das Nações Unidas para Angola) em missão de paz. A elas, as belas angolanas, já há quem lhes chame as "groupies" da UNAVEN.

"Hoje em dia aqui na banda! O negócio é que comanda / Até a água de beber é para vender / Cada copo é cem". A letra faz parte de um tema em ritmo zouk de Beto Almeida e retrata com ironia o clima de animação comercial, algo caótica, que se vive em Luanda. Demonstrando um grande sentido de oportunidade, a UNITA começou já a utilizar a canção nos seus tempos de antena. ■

Entrevista com o intelectual Ruy Duarte de Carvalho

"Há outros poderes, como os fazedores de chuva"

José Eduardo Agualusa, em Luanda

Para o poeta angolano Ruy Duarte de Carvalho, o governo que resultar das próximas eleições pode não representar a vontade das populações rurais. As relações entre o poder do Estado e os vários poderes tradicionais continuam semente de equívocos.

É com algum ceticismo que Ruy Duarte de Carvalho, poeta, antropólogo e cineasta angolano, encara o actual processo de democratização: "Os que estão agora a gerir a proposta democrática são os mesmos que geriram a proposta marxista. Por isso eu tento profundamente que resulte na mesma coisa. Da mesma maneira que a anterior proposta acabou por não ser marxista, também esta pode vir a não ser democrática. Eles são os mesmos."

Criado entre os vastos silêncios do Namibe, no extremo sul de Angola, Ruy Duarte, 51 anos, transpõe para a sua poesia o clima colérico destas paisagens. Como antropólogo começou por estudar os mucubias, um dos raros grupos étnicos angolanos que conseguiu preservar as suas tradições culturais, mas acabou por fazer o seu doutoramento em Paris com um volumoso estudo sobre os pescadores da ilha de Luanda. Leciona antropologia na Universidade de Luanda.

Para além da desconfiança que manifesta em relação aos principais actores do processo, o poeta recia que o voto das populações rurais não corresponda verdadeiramente à sua vontade: "As populações rurais têm uma ciência secular de lidar os poderes", explica, "dizem, sim senhor, que estão interessados, mas depois continuam a fazer aquilo que sempre fizeram. As vezes até teatralizam disputas, por forma a nos convencermos de que estão a levar a coisa a sério." Segundo ele, há da parte das populações rurais

um ceticismo enorme em relação a todas as fontes do poder, "porque estes últimos anos têm sido um exercício de alternativas políticas e todas falharam".

A seguir ao vazio resultante do fim do colonialismo o MPLA instalou o chamado poder dos comités, a seguir vieram as associações de camponeses, vieram as extensões rurais e depois os vários departamentos dos serviços de agricultura e nada disto resultou.

Quanto às populações rurais que se instalaram nas cidades, Ruy Duarte considera que se encontram ainda mais desorientadas. No entanto, afirma, o fenómeno do chamado voto étnico pode ser aqui mais relevante: "O sentimento de grupo refaz-se em contextos urbanos com muito mais veemência, entusiasmo e radicalismo do que nos contextos originais. Nos contextos originais as pessoas não se lembram da etnia a que pertencem, vivem essa circunstância."

Ruy de Carvalho — um dos poucos intelectuais que se manteve distante do poder durante os 17 anos de regime de partido único — nota o particular relacionamento entre as autoridades governamentais e o meio rural: "As autoridades tradicionais que o Governo do MPLA recuperou são as mesmas que o Governo colonial utilizava. Muitas delas pouco têm a ver com as verdadeiras autoridades tradicionais. Essas mantêm-se na sombra. As populações não querem expor os seus verdadeiros sobes para o confronto com a autoridade, para levar palmeada. Nomeiam outros para irem no lugar deles."

"E há outros poderes, por exemplo, os fazedores de chuva. Nunca são mencionados, mas manipulam muitos cordelinhos. Até os verdadeiros sobes não de alguma forma subsidiários deles." ■

Luanda satisfaz reivindicações dos amotinados

PUBLICO SEGUNDA-FEIRA 14 SETEMBRO 1962

TEMPO
ANTENA 14 SETEMBRO 1962

Concursos e anedotas

De quem saiu
Adelino Gomes
em Cabinda

A Cabinda Gulf chegou a retirar os seus técnicos para o mar. Tropas especiais e promessas de desmobilização a 700 milhões de kuanzas aplicaram-se para já e nada. Preço político a pagar por Luanda e pelo MPLA ainda por pagar.

Quando às 10h15 de ontem o soldado António Júlio João, do batalhão 702 estacionado no Malongo, transpôs o primeiro controlo das instalações petrolíferas da Cabinda Gulf ao volante da carrinha Ford de caixa aberta encerrava-se o último episódio de uma confusa revolta que durou oito dias e deixou Cabinda à mercê de um punhado de soldados em fúria contra os seus comandos e o MPLA.

Apesar de a maioria dos revoltosos ter recolhido a quartéis poucas horas depois da chegada, sábado, de tropas especiais enviadas de Luanda, a situação agravava-se quando o batalhão do Malongo decidiu também reivindicar a desmobilização.

A atitude dos militares, em que o governo e os norte-americanos da Chevron confiavam para proteger a plataforma petrolífera introduzira uma nova e delicada frente com que os negociadores se tinham de haver e solucionar no mais breve espaço de tempo.

Os poços do Malongo, concessionados pela Sonangol à Chevron, Elf-Acquitaine (França) e AGIP (Itália) produzem 320 mil barris diários de petróleo e estes garantem 90 por cento das receitas em divisas do Estado angolano. A primeira resposta da administração da Cabinda Gulf é negativa. No fim da madrugada, os revoltosos insistem. As reivindicações do batalhão precisam de chegar naquele momento aos generais com quem os amotinados negociam. A unidade, porém, não dispõe de viaturas. É por isso que se apresentam, uma vez mais, no controlo de entrada. Pedem "respeitosamente" que os norte-americanos lhes emprestem seis carrinhas Ford de caixa aberta. Prometem devolvê-las logo que terminada a operação. Explicam que nada os move contra a companhia.

A essa hora, já o pessoal fora reduzido ao mínimo indispensável para garantir a produção diária. Os técnicos que habitam no campo são retirados para local seguro, ao largo. Negociadores deslocam-se da cidade de Cabinda ao comando do batalhão. A presença dos revoltosos aquém da barreira policial faz pairar sobre o Malongo o espectro de uma crise de consequências incalculáveis. Luanda é informada momento a momento. Dois pelotões da polícia antimotim e tropas especiais ocupam posições na entrada para o terminal.

Para além das garantias de desmobilização, o Governo de Angola viu-se obrigado a pagar subsídios em atraso aos revoltosos e soldados do contingente estacionado em Cabinda. Um total de 700 milhões de kuanzas (cerca de 28 mil contos portugueses), uma quantia elevada num país em que o salário médio de um funcionário público não ultrapassa os quatro contos mensais.

Para a reunir, a delegação do Banco Nacional de Angola tem de "rapar" nas contas de diferentes organismos públicos. "Alguns salários do fim do mês não vão poder ser pagos integralmente", confidenciou um técnico ao PÚBLICO. Os revoltosos recebem os atrasados em notas de um lote acabado de chegar da Suíça.

A capital do enclave viveu ontem o seu primeiro dia de normalidade absoluta desde que, uma semana antes, elementos de unidades estacionadas de Dingo e em São Vicente destruíram aldeias e dispararam indiscriminadamente sobre as populações, matando e ferindo, como represália contra baixas causadas pela FLEC, a organização que combate o domínio angolano sobre o antigo protectorado português.

Carros com a bandeira da UNITA e soldados das FALA (exército deste partido), impecavelmente fardados, percorreram logo de manhã as ruas da cidade. Informações boca a boca corriam desde o dia anterior, indicando que a organização de Jonas Savimbi preparava um comício. Pouco depois começaram a surgir carrinhas com a efígie do candidato presidencial impressa em cartazes colados nas portas e megafones que convidavam a popula-

ção a reunir-se num complexo desportivo junto da praia. Era o culminar de uma inteligente presença no terreno da confrontação fratricida que o Exército do partido no poder ofereceu a uma cidade que lhe é hostil.

"Tenho família em postos de responsabilidade no MPLA, sou apoiante do partido, hoje tenho dúvidas sobre o voto que hei-de por no dia 29", confidencia aos jornalistas um angolano a trabalhar no enclave.

Toda a gente sabe que o comportamento da UNITA lhe não pode render votos entre os cabindas. Os 19 mil recensados são quase todos militares angolanos em missão no território. As indecisões do governo do MPLA na resolução do problema de Cabinda e alguma divisão entre as diferentes tendências da FLEC podem a prazo trazer à UNITA algum protagonismo nesta matéria.

Aquilo que a UNITA pode ter ganho e o MPLA perdido em Cabinda dificilmente se poderá aplicar ao resto do território. O "Jornal de Angola" responsabilizou a FLEC pelos incidentes, numa versão deturpada do que se passou no enclave.

A rádio e a televisão, por seu lado, ignoraram quase por completo o que se passou, apesar de uma equipa da TPA, a empresa de televisão única do país, ter filmado durante os últimos três dias os principais episódios da confrontação. Os efusos minutos que o telejornal concedeu aos despachos dos seus enviados surgiram censurados, desculpabilizando o comportamento das autoridades.

Ontem, pelas 10h00, à porta de entrada do Malongo, lá estava uma equipa de reportagem da televisão angolana. O operador angolano, à semelhança do que os enviados da RTP puderam fazer, recolheu a imagem dos carros descendo a rampa antes da entrada do controlo policial e gravou os sons do sino da igreja evangélica de Futila que àquela hora chamava os crentes para a cerimónia do culto de domingo.

Duma clareira de bambus, no terreno anexo à igreja, devem ter-lhe chegado também as vozes do coro que ensaiava o último canto da celebração. A letra evocava o episódio evangélico do publicano Zaquém. "Hoje a salvação entrou em ti."

A CAMPANHA eleitoral atravessa um período de relativa apatia. Muitos dos dezolitos partidos concorrentes não são sequer capazes de preencher os dez minutos de tempo de antena na televisão. Na rádio acontece o mesmo, razão por que o que mais se escuta agora é música.

Uma das várias organizações de maioria quicongo (os chamados partidos dos zairenses), o Partido da Aliança Operária e Camponesa de Angola, Pajoca, optou por organizar concursos, prometendo prémios aliciantes aos ouvintes que conseguirem decifrar a sua sigla ou adivinhar o nome do seu presidente.

Anália Vitória Pereira, candidata pelo Partido Liberal angolano, PLA, preenche os seus espaços com um discurso essencialmente dirigido ao eleitorado feminino, numa linguagem didáctica, enquanto o seu irmão, Rui Vitória Pereira, do Partido Reformador Angolano, PRA, insiste no repetir um slogan que entrou já no anedotário desta campanha: "Vote no PRA, porque conosco a vitória é Pereira".

Tony da Costa Fernandes — apontado por quase todos os observadores como o mais brilhante orador desta campanha —, continua, por seu lado, a atacar a direcção da UNITA, movimento de que foi uma das principais figuras. O famoso episódio da queima das bruxas, "mulheres acusadas de voarem à noite", é agora retomado com todos os pormenores.

O Partido Renovador Democrático, PRD, de Luís Passos, aproveitou o tempo de antena para divulgar um comunicado onde nega insistentemente rumores — de que alguma imprensa angolana chegou a fazer eco — segundo os quais estaria a preparar uma aliança com a UNITA, ou com o MPLA.

Quanto à UNITA e ao MPLA, e respectivos candidatos presidenciais, não há novidades. Bonga e Sam Mangkwana — um dos mais famosos músicos zairenses — animam os tempos de antena da UNITA. Filipe Mukenga, André Mingas e Beto Gourgel dão a vez a alguns excelentes temas prepositadamente compostos para a campanha do MPLA com o apoio dos técnicos brasileiros da Propeg. ■

Juntos na cidade

PÚBLICO SEXTA-FEIRA, 11 SETEMBRO 1982

A CIDADE de Luanda foi ontem tomada por duas manifestações de adeptos do MPLA e UNITA, principais candidatos às eleições dos próximos dias 29 e 30 de Setembro. Contrariando a apatia que vinha caracterizando as primeiras duas semanas de campanha eleitoral, centenas de jovens saltaram para os carros, agitando bandeiras, e percorreram as ruas de Luanda gritando os nomes dos candidatos presidenciais dos seus partidos — José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi. Pouco depois do meio-dia, já era possível circular pela cidade em ritmo normal. Houve algumas escaramuças como a que a foto documenta, mas aparentemente menos graves do que aconteceu domingo na ilha de Luanda, onde uma troca de tiros acabou num arremesso de pedras contra a caravana da UNITA que ali encontrara o recado de um minicomício de dirigentes do partido no poder.

Faltou tinta aos boletins

A LOGÍSTICA do processo eleitoral angolano custou, segundo fontes da Direcção-Geral de Eleições, cerca de 200 milhões de dólares (o equivalente a 25 milhões de contos). Uma parte importante (a maior parte, admite-se) deste dinheiro financiou os serviços prestados pela firma inglesa Thomas De La Rue, conhecida pelo rigor das suas técnicas de impressão, inimitáveis, que a tornam numa importante casa impressora de papel-moeda.

E foi a esta empresa que foram adjudicados pelo Governo angolano os boletins de voto — entre outras coisas. Aqui aconteceu o inesperado: por falta de capacidade técnica, os boletins de voto para a eleição presidencial, que deveriam ser cor-de-rosa, serão brancos.

TEMPO DE ANTENA

“Savoir faire” brasileiro

“UNS PARTEM, outros constroem. Mas a hora da destruição já passou. Já estamos a construir... E é para sempre.” A frase, constantemente repetida ao longo do tempo de antena de José Eduardo dos Santos, é ilustrada com imagens de pontes caídas, prédios esventrados, estradas cortadas.

Depois o cenário muda e surgem homens em trabalhos de reconstrução. Um jovem chamado Agostinho Neto declara o seu in-

condicional apoio a José Eduardo dos Santos. E o actual Presidente da República popular de Angola surge nos ecrãs e explica que para “reconstruir a barragem de Camacupa, destruída pela UNITA, é preciso investir cem milhões de dólares. Mas o país é novo e já estamos a construir”. Jovens agitam bandeiras com o rosto de José Eduardo. Alguém conta: “É mesmo no ‘Zedu’, é mesmo no ‘Zedu’ que eu vou votar.”

A Propeg, empresa brasilei-

A explicação — pela empresa é caricatural: não lhes ocorreu que as fotografias dos candidatos seriam impressas a cores e isso retirou-lhes a possibilidade de imprimir o cor-de-rosa no verso do boletim. Arranjaram uma meia solução: o boletim será cor-de-rosa na face, apenas, mas depois de dobrado em quatro será branco.

É mais um problema para as mesas de voto, onde estarão três urnas — uma azul, para as legislativas, uma cor-de-rosa, para as presidenciais, e uma branca, para os eleitores que se apresentam sem o respectivo cartão. Estes serão os últimos votos a serem escrutinados e, como serão os próprios eleitores a introduzir o boletim nas urnas, são de prever algumas dificuldades no apuramento final. Tudo isto por 200 milhões.

De mão estendida

ARECENTE visita de Durão Barroso, Herman Cohen e Gregori Karasin (responsáveis pela política africana de Portugal, EUA e Rússia, países doadores do processo de paz) parece ter uniformizado o discurso dos dois signatários dos acordos de paz relativamente a várias questões da política angolana. Segunda-feira, logo após a reunião com José Eduardo dos Santos e falando sobre o Governo de unidade nacional que incluisse também os angolanos, Jonas Savimbi diria que está “aberto a estender a mão para todos os angolanos, sem excepção, porque é importante pacificar os espíritos”.

Quarta-feira, durante um comício em N'Dalatando (ex-Salazar), José Eduardo dos Santos afirmou que, tal como em Gbadolite (Zaire) e Bicesse (Portugal), continua “de mão estendida a todos os líderes políticos”. Não fosse Angola um país tão abundante em recursos naturais, esta metáfora poderia transformar-se num mau presságio.

António Matos, em Luanda

ra responsável pela campanha do MPLA — e que, no Brasil, conseguiu eleger Collor de Mello — está, na opinião de quase toda a gente, a fazer um bom trabalho. Isso nota-se principalmente no confronto com as outras campanhas, inclusive a de Jonas Savimbi e do seu movimento. Quanto aos outros candidatos, a maioria delea tem tido uma participação extremamente pobre. Salvam-se Daniel Chipenda, Luis dos Passos, do PRD, e Simão Cacete, o jo-

vem candidato da Aliança Democrática, AD.

Fenómeno curioso é o discurso ultranacionalista, a rajar o racismo e a xenofobia, de alguns dos candidatos. Na noite de quarta-feira, Alberto Neto, do Partido Democrático de Angola, PDA, defendeu a aproximação de Angola aos países africanos, atacando o que chamou de luso-tropicalismo: “Angola”, disse, “não pode ser neocolonizada nem por Portugal, nem pelo Brasil”. ■ JEA

A campanha dia-a-dia (na imprensa)

QUINTA-FEIRA, 10 SETEMBRO 1982

Mentiras de Savimbi

PÚBLICO

“É PRECISO seguir com muito cuidado o evoluir da situação. A UNITA está muito mal preparada para a derrota. Savimbi falou vezes de mais em vitória militar e na absoluta certeza da vitória eleitoral, que lhe vai ser muito difícil admitir publicamente que andou a mentir o tempo todo.” (Editorial do quinzenário “Progresso”, do MPLA, 4-9)

Tudo de novo

“NÃO HÁ QUE escolher, ou vamos criar condições para que os nossos opressores continuem a roubar, a enriquecer à custa do nosso sacrifício, ou então vamos construir tudo de novo, para que cada um de nós possa beneficiar, em igualdade de oportunidade, das riquezas da nossa terra. (...) Ou o reencontro com a nossa angolidade. Ou o traímos as nossas tradições, a nossa maneira de estarmos no mundo como africanos que somos.” (Editorial do semanário “Terra Angolana”, ligado à UNITA, 5-9)

Cavaco Silva sabe

“O REGIME pretende usar agentes provocadores, na cidade de Luanda, para despoletar confrontos físicos entre a população dos vários bairros (...). Cavaco Silva está a par da situação. Com efeito, há uma infiltração de elementos das secretas portuguesas, principalmente a militar (DINPO) e alguns do SIS, a operar em Angola e que mantêm Cavaco Silva permanentemente informado desta e doutras situações.” (“Terra Angolana”)

“Regrés”...

A DIFICULDADE de alguns candidatos se expressarem em português — em particular os oriundos do Zaire, aqui apelidados de “regrés” (retornados) — entrou já no anedotário da campanha. Um dos paradigmas desse conflito com a língua portuguesa, o presidente do PSDA, André Likendamoko, que usa o francês para veicular a sua mensagem aos angolanos (ver PÚBLICO de 7-9) vingou-se há dias, com raro sentido de humor, das frechas dos seus adversários “lusófonos”, retorquindo-lhes: “Para que é que estão com essas críticas? Não vejo que falar em português seja assim tão grande qualidade eleitoral. Até agora, este país tem sido destruído por gente que fala português”... ■

Críticas na festa da legalização

A "festa da legalização" realizou-se ontem no Pavilhão Carlos Lopes e assistiu o futuro regularizar da situação dos guineenses indocumentados em Portugal. Convenceram-se grupos de amigos tradicionais, entre os quais os Netos de Guiné, e também alguns críticos, entre eles um representante do Governo português. Mas, sobre o conteúdo da lei de legalização, que está em fase de aprovação pelo Presidente da República e se espera aprovada até ao final deste mês, José Brando, director regional de Lisboa do Serviço de Estrangeiros, pôde dizer e não responder às críticas que se fizeram ao diploma.

Antes de festa e de crítica, foi a altura dos discursos e das críticas à lei, cujo conteúdo ainda não é totalmente conhecido. Algumas foram feitas pelo próprio presidente da Associação Guineense de Solidariedade Social, Fernando Rá. "A uma inco-

gnorância na lei. É insuficiente o prazo de quatro meses, depois da lei aprovada, que se pensou para se legalizar". E em relação à continuação técnica, criticou pela lei e a continuação da atribuição dos documentos, Fernando Rá considera que esta "é uma incógnita" e que "deveria ser integrada por representantes da comunidade como um primeiro diálogo".

De acordo com o que foi dito pelo presidente da Associação Guineense, a comunidade técnica será apenas consultada por elementos do Governo — dos Ministérios da Administração Interna, da Administração Externa, do Emprego e da Segurança Social, da Justiça e dos Negócios Estrangeiros — e, depois de uma decisão tomada sobre quem poderá não ser legalizado, não há hipóteses de recurso judicial.

Estes aspectos foram abordados criticos de Fernando Rá. "Que critério seguirá o comité de legalização e como se vai relacionar com os países?" É uma das incógnitas da lei. Também não se sabe a quem se pode recorrer (depois de uma tomada de decisão).

Sobre estas questões, José Brando disse ao PÚBLICO que não responde às críticas, porque isso exigiria "uma intervenção política", que só poderia ser feita pelo ministro da Administração Interna, Diogo Lourenço Azeiteiro, com a qual, que esta lei criou "a oportunidade de uma rápida legalização e sem custos". O que vai permitir acabar com as situações de exploração laboral, por falta de documentação.

Quando intervive, o representante do Governo limitou-se a

valorizar a importância da nova legislação. "Muitos de vós são explorados há dezasseis anos porque não estão documentados", apontou, embora reconhecer "pelo estar incógnitas bem colocadas para saber das dificuldades que todo o processo de legalização acarreta". Fernando Rá admitiu que gostaria de "ouvir mais da parte do Governo".

A lei, que deverá entrar em vigor em Outubro, define ainda que a legalização será adquirida através de uma declaração de actividade profissional, passada pelas autoridades patronais.

A deputado ao Parlamento Europeu, Mário Belo considerou que a legislação em causa "consegue a chegar tarde", porque "deveria estar regulamentada até Janeiro de 1987".

Pelo o vereador do pelouro da Habitação do Câmara Municipal de Lisboa, Vasco Franco, as preocupações relativamente à comunidade guineense dizem respeito à legalização. "Hoje lamentamos que aquilo que Portugal tem para nos oferecer sejam os "indivíduos" que os portugueses tinham em França nos anos sessenta", afirmou. "Há uma lei em vigor que dá que se podem ter habitação social espécies que foram portuguesas. Mas, enquanto Jorge Sampaio for presidente, a lei não vai ser cumprida".

A terminar a festa, actuaram vários grupos. Um de música tradicional e trajes típicos guineenses, o "ompi" e o "fandango". Outros fizeram uma música tradicional, vestindo de ganga e cartomem em croqui.

Fulas, mandingas, balantas...

A COMUNIDADE guineense estabelecida em Portugal reproduz a grande diversidade étnico-linguística da própria Guiné-Bissau: as fulas, balantas, mandingas, balantas, manjacos, pepés.

Numa terra minoritária está em Portugal em situação difícil. Encomendado por ser difícil estabelecer com o que a diversidade da comunidade. Os serviços oficiais, que portugueses que guineenses, não avançam com qual-quer quantificação. Mas, entidades vocacionadas para um contacto directo com estes emigrantes — como a Associação Guineense de Solidariedade Social e a Federação dos Sindicatos de Construção Civil — permitem-se referir algumas. Fernando Rá, presidente da Associação Guineense, fala normalmente em 25 mil Destas, no entanto, apenas um quinto terá a sua situação legalizada.

Quase todos vieram para trabalhar, na sua maioria motivados por um espírito eminentemente emigrante Subreco, tal como sucede com cabo-verdianos e santomenses, ocupam-se na construção civil, e em muitos casos, desde a sua chegada, de clandestinos, suportam situações de grande exploração e de falta de protecção. Outros vivem para estudar ou alegando perspetivas do regime de partido único. Hoje, espalham-se maioritariamente pelos concelhos limítrofes de Lisboa — Loures, Oeiras, Cascais, Amadora, Almada, Setúbal. Mas a sua dispersão surge um pouco por todo o país, contando com alguns núcleos mais significativos no Alentejo, região de Porto, Aveiro, Agueda, Coimbra.

Na generalidade das situações, esta comunidade resolveu o problema da habitação, integrando-se em bair-

ros degradados que são maioritariamente ocupados por cabo-verdianos, uma emigração mais antiga, bem mais numerosa e com maior facilidade de integração na sociedade portuguesa.

Apesar de ser possível maioritariamente de guineenses procuram preservar os seus costumes, nomeadamente no domínio dos hábitos alimentares. São maioritariamente muçulmanos e cristãos, mas mantêm práticas religiosas próprias. Falam entre si nas línguas de origem. Tem os seus músicos e espaços de convivir. Sobretudo nos fins-de-semana ou em momentos livres, vestem as roupas de origem.

De um modo pouco perceptível pelo universo que os circunda, alimentam os trajes culturais da sua memória. **Fernando Barreto**

Moçambique Enorme instabilidade

UMA EQUIPA das Nações Unidas encontra-se já em Moçambique para a supervisão do cessar-fogo, mas algumas das principais interrogações quanto à possibilidade de este ser conseguido até 1 de Outubro.

Nas últimas semanas tem-se intensificado os ataques de Renamo, e o Estado-Maior das Forças Armadas diz que o movimento de Afonso Dhlakama iniciou recentemente na província de Zambezia dois batalhões de 800 homens bem treinados, com a ajuda de milícias locais de diversas localidades.

Apesar das interrogações de que o país passou, foram manifestadas na câmara de Roma, a situação de guerra parou e a paz não se fez, o país, agravado agora com a enorme instabilidade provocada pelas movimentações de soldados no sul, de antigos combatentes de luta pela independência e de guerrilheiros de guerra que reivindicam saldos e pararam em África.

Com o deslanchamento total da situação moçambicana, devido à situação de guerra e aos conflitos internos que vão para a África, torna-se impossível a existência de um Exército disciplinado e desarmado, para além das parcerias actuais que os militares efectuam, desde legítimas a subversivas.

Especialistas estrangeiros não do espírito que a situação política e as graves dificuldades vividas por todos os moçambicanos poderão ter efeitos desestabilizadores e levar a situação a degenerar para Zaire ou para Somalia.

Entretanto, em Roma, as delegações do Governo e da Renamo mantêm um diálogo de vontades com a discussão sobre a situação do não do Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE) e o contributo efectivo de cada uma das partes para as futuras Forças Armadas de Defesa de Moçambique.

Mário Di Camerano, embaixador de Itália em Maputo, destacou-se este fim de semana à Gorongoma a fim de tentar facilitar as negociações da Renamo, que por seu turno aceita a Prémio de Independência.

Segundo fontes de Rádio Moçambique no capital Inhambane, o Governo defende agora que a Renamo não deve de forma alguma integrar o SISE, argumentando que este órgão é um instrumento do Presidente da República e só a ele deve obedecer.

Por seu turno, os países doadores acenam autoridades e rebeldes de Moçambique o acesso das populações necessitadas à ajuda de emergência, contrariando assim o que foi acordado a 16 de Julho no capital italiano.

Teresa Lima, em Maputo

Cabo Verde explica-se...

O MINISTRO cabo-verdeano Jorge Fonseca, que representou o seu país no X Conselho do Não-Alinhados, justificou ontem a ausência de referências à situação de Timor na intervenção que fez em Jacarta. Em declarações à imprensa, Jorge Fonseca afirmou que qual-quer intervenção no plebiscito da sinesis "teria de ser muito bem ponderada", sendo em vista a circunstância de a Indonésia ser o país anfitrião. O responsável cabo-verdeano manifestou, no entanto, a convicção de que as referências "implícitas" que fez no plenário dos Não-Alinhados e as entrevistas sobre Timor que deu a órgãos de informação indonésios foram sido "suficientes" pelos responsáveis de Jacarta.

REGRESSO DE ÁFRICA

Não vão bem os tão falados projectos de cooperação dos empresários portugueses com os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP). Depois da festa do regresso à África veio a nostalgia do regresso de África. Os empresários afirmam-se desorientados, as associações que se degradaram entre si pela hegemonia como "interlocutor privilegiado" com África estão sem objectivos. Pelo meio, um secretário de Estado, do Tesouro para o caso, e que já foi director da ELO, uma das associações mais representativas em matéria de cooperação, confessa que tem esperanças que surjam projectos suficientes para engorger os 3,5 milhões de contos de Fundo de Cooperação ainda por distribuir. E admite já que para o ano a verba inscrita no Orçamento será semelhante. Afinal, este ano até está a ser difícil engorger o Caricato. Há pouco tempo, todos queriam voltar à África. Era romântico, eficiente e prometia lucros imensos. Agora já não sabem. E o problema de confundir a venda de um saco de batatas com um projecto de cooperação.

PALOP I

UM AVIÃO Hercules C-130 da Força Aérea Portuguesa partiu ontem de Lisboa rumo a Cabo Verde, Ilhas da Príncipe e Moçambique para levar transportes e outros materiais para as autoridades locais. O avião transporta 20 toneladas de equipamento e 10 tripulantes. O avião partiu de Lisboa, a bordo de 20 tripulantes e 10 toneladas de equipamento e 10 tripulantes, que se deslocam a Portugal localmente para receber outros materiais no quadro de reforço logístico.

PALOP II

CARLOS ENCARNAÇÃO, secretário de Estado adjunto do Ministério da Administração Interna, reuniu hoje pelo dia, em Instância do Ministério, em Lisboa, os representantes dos países de língua oficial portuguesa: Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe. No encontro, os representantes dos países de língua oficial portuguesa discutiram a situação política e económica dos países de língua oficial portuguesa e as perspectivas de cooperação entre os países de língua oficial portuguesa.

INSPEÇÃO PERMITE POUPAÇAS EM MOÇAMBIQUE

UMA INSPEÇÃO pré-embargo das importações moçambicanas a cargo de uma empresa internacional desde Outubro de 1981, permitiu, até agora, uma poupança líquida de 2,5 milhões de dólares (mais de 800 mil contos), informou ao PÚBLICO o ministro moçambicano do Comércio, Daniel Gabriel, que aproveitou para salientar que será brevemente introduzido uma inspeção mais rigorosa de fiscalização comercial no país, para disciplinar a actividade do sector.

DEBATEDORES DA CE NA ÁFRICA DO SUL — A Comunidade Europeia vai enviar, numa primeira fase, 15 observadores para a África do Sul, para ajudar a pôr termo à violência política no país, revelou uma fonte da CE em Bruxelas. A decisão foi tomada durante a viagem de "trabalho" comunitária à África do Sul, a semana passada, e precedeu os incidentes de agitação-furor no bantustão do Ciskei, onde soldados do exército local dispararam sobre manifestantes do Congresso Nacional Africano (ANC), matando 24 e ferindo 200. Os primeiros observadores da ONU deverão entretanto partir para a África do Sul na próxima sexta-feira, numa equipa chefiada pela jornalista Angela King. Nas próximas semanas, deverão ser enviados para o país 50 observadores das Nações Unidas.

A África do Sul decidiu ontem à noite enviar para o Ciskei uma companhia de 120 soldados, a fim de ajudar a manter a ordem naquele território, cuja independência apenas é reconhecida por Pretória. E, logo a seguir, o ministro dos Negócios Estrangeiros, "Pik" Botha, afirmou que o desfile orga-

nizado pelo ANC — e na repressão do qual se verificaram 26 mortos — poderá significar o fim da vontade governamental de confederar com o maior movimento de combate ao "apartheid": "Sabiam que haveria mortos e quisaram que os houvesse." Ainda segundo Botha, foi a corrente comunista existente

no ANC que impôs a polémica marcha: "Só queremos uma coisa, alcançar o seu objectivo sem negociações. Não estão interessados em negociações." Entretanto, o Secretariado da Commonwealth condenava a acção das tropas do Ciskei, considerando-a "um incidente horrível".

COMENTARIO Benjamin Formigo

Ciskei

EXPRESSO, Sábado, 12 Setembro 1992

Mandela no Ciskei, depois da chacina de segunda-feira

Tensão ao rubro na África do Sul

Jorge Heitor

Nelson Mandela deslocou-se ao local da chacina de segunda-feira, no Ciskei, enquanto a Grã-Bretanha condena a acção das tropas daquele território e pede a Pretória que exerça o controlo sobre as forças de segurança existentes em todos os bantustões. Diversos vozes acusam o ANC de atitudes provocatórias e de ter levado por uma linha revolucionária.

não aceitam que seja democrática a atitude "provocatória" de organizar gigantescas marchas para tentar derrubar um dos dirigentes regionais que não são do agrado do ANC.

Alguns dirigentes do movimento de Mandela ficaram na zona, a fim de tentarem persuadir a multidão desde segunda-feira manobrada na fronteira a regressar às suas localidades, tal como foi combinado com a polícia sul-africana, para que se evitassem mais incidentes.

quietado pela força em 1990.

Enquanto isso, em Londres, o ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, Douglas Hurd, condenava a acção das tropas do Ciskei, dizendo que "estas terríveis e chocantes ameaças às perspectivas de uma mudança pacífica na África do Sul".

Por seu turno, um deputado trabalhista britânico, Peter Hain, que tem feito campanha contra o apartheid, pediu ao Governo conservador de John Major para cortar relações diplomáticas com a África do Sul.

Quanto ao ministro australiano dos Negócios Estrangeiros, Gareth Evans, a acção das tropas foi "uma chacina deliberada, calculada e horrível".

Alguns analistas políticos citados pelo agência Reuters observaram que o banho de sangue verificou segunda-feira em Bisho, a capital do Ciskei, assimila uma perigosa viragem do ANC, onde muitos queiram preferir a via revolucionária no diálogo sobre a transição para um Governo maioritário.

Tudo a gente parece criticar o líder daquele bantustão

Acusações mútuas

O ANC culpou o Governo de Pretória pela chacina, dizendo que a mesma foi perpetrada pelas forças de um regime considerado "fantoches". Mas outras fontes acusam aquele movimento de estar interessado em criar mártires, a fim de assim fortalecer uma linha revolucionária e procurar conquistar o Governo pela força, em vez de negociar com o Partido Nacional, do Presidente Frederik de Klerk.

Ontem de manhã, o arcebispo anglicano Desmond Tutu, Prémio Nobel da Paz, esteve em oração no local dos incidentes e visitou o brigadeiro Gqozo, ao qual propôs um referendo sobre a sua continuação ou não no cargo con-

A MORTE de sul-africanos, esta semana, em mais um incidente, desta vez na fronteira do Ciskei, vem sublinhar a necessidade de Governo e ANC regressarem à mesa das negociações.

Depois do referendo entre a minoria branca que aprovou o processo negociado de transição do Presidente FW De Klerk, por uma razão ou por outra, ficou claro para a maioria negra que o "apartheid" acabou «de jure» e tem «de facto» os dias contados.

Nelson Mandela, no ANC, tem de satisfazer diferentes tendências políticas e de conciliar diferentes graus de radicalismo social. Nelson Mandela e FW De Klerk sabem que se eles podem respectivamente, manter uma certa unidade no ANC e unir a maioria da minoria branca para a transição.

Esta marcha do ANC em Bisho foi, segundo o próprio ANC, «um ponto de viragem na luta pela democracia» na África do Sul. Não é fácil concordar com esta afirmação, e menos que se admita que a situação só poderá piorar antes de melhorar.

Depois de Bisho, não é fácil ao ANC voltar à mesa das negociações.

As forças do Ciskei não fizeram disparos de aviso sem lançar uma lacrimogéneo para dispersar esta marcha que — a admitir a legitimidade da fronteira — se desenvolvia em território sul-africano. Tão-pouco, segundo os jornalistas presentes, os tiros foram em resposta a disparos pelos manifestantes do ANC.

O facto é que o brigadeiro Gqozo se sentiu suficientemente apoiado para permitir o massacre.

De novo se põe a questão da existência da Terceira Força, infiltrada no próprio aparelho de Estado, nas Forças de Defesa Sul-Africanas e na segurança, que ignora a estratégia defendida pelo Presidente De Klerk e apoiada semagradamente por referendo.

De novo se põe, também, a questão da autoridade do chefe de Estado sul-africano que até agora não tem sido capaz de isolar e expurgar esta Terceira Força, de cuja existência poucos duvidam hoje.

NÃO é fácil atribuir responsabilidades pelo massacre na «fronteira» do Ciskei. Em primeira análise, o ANC sabia, desde o início, que a marcha podia levar a incidentes graves. Mas a «shometland» foi uma invenção do apartheid.

Para o Partido Nacional, no Poder, os incidentes foram «resultado da acção provocatória do ANC»; para o dr. Zach de Beer, o liberal líder do Partido Democrático, há muito um opositor do apartheid, o ANC teve responsabilidades porque não ignorava «que a marcha ia dar origem a violência».

O Conselho das Igrejas sul-africanas optou por apelar aos governos da África do Sul e do Ciskei para que se evitasse a liderança do brigadeiro Gqozo.

Quem mais teve a ganhar com a violência foi o Partido Conservador de Andrew Treurnicht, que defendeu o «não» no referendo de Março, e para quem toda a responsabilidade foi do Congresso Nacional Africano.

De novo se põe a questão da existência da Terceira Força, infiltrada no próprio aparelho de Estado, nas Forças de Defesa Sul-Africanas e na segurança, que ignora a estratégia defendida pelo Presidente De Klerk e apoiada semagradamente por referendo.

De novo se põe, também, a questão da autoridade do chefe de Estado sul-africano que até agora não tem sido capaz de isolar e expurgar esta Terceira Força, de cuja existência poucos duvidam hoje.

O CONSELHO das Igrejas sublinha a questão de fundo nas aburlecadas: a legitimidade dos seus líderes e da sua existência bem como a influência que Pretória pode ter sobre esses líderes.

ESTE incidente volta a ter reflexos negativos na já crítica economia sul-africana. A deterioração económica só irá provocar maior agitação social e mais violência, e dificultar o já de si complicado processo de transição. O Governo não o ignora e o ANC também não.

Para muitos que de fora analisam a fricção e o massacre, o ANC foi longe demais ao declarar que parte da marcha iria ultrapassar o estado, entrar no Ciskei e ocupar a capital até que Gqozo fosse substituído. E, a menos que ANC e Governo encontrem uma fórmula imediatamente honrosa de se sentarem de novo à mesa, Mandela controle os seus radicais e De Klerk as forças ocultas, a situação na África do Sul só poderá agravar-se.

O presidente do Congresso Nacional Africano (ANC), o idoso Nelson Mandela, deslocou-se ontem ao Ciskei, a fim de colocar uma coroa de rosas e abraçar amarelos — também amarelados por serem ou sofridos — no local onde, na véspera, as tropas daquele bantustão haviam abatido a tiro 24 pessoas que se manifestavam contra o administrador do território, brigadeiro Oupa Gqozo.

Mandela e outros dirigentes do ANC entraram no Ciskei por entre duas alas de polícias sul-africanas e fizeram a pequena distância das tropas locais, que se encontravam em posição de combate, com as armas apontadas.

Depois de ter respeitado um minuto de silêncio pelos seus correligionários mortos na segunda-feira, Nelson Mandela disse a cerca de um milhão de militantes do ANC concentrados na zona fronteira que "os que combatem pela democracia, pela paz e pelo amor entre os sul-africanos são obstaculados pela que rejeitam a democracia".

Segundo ele, a tarefa dos democratas é retirar a África do Sul de semelhante situação. Mas alguns observadores



Terra dos xhosas

O BANTUSTÃO do "homeland" do Ciskei, onde pelo menos 28 pessoas foram mortas e 200 feridas durante incidentes ocorridos na segunda-feira, é um dos dois territórios reservados pelos autoridades de Pretória à etnia xhosa, sendo o outro o Transkei.

O "país" é dirigido pelo brigadeiro Oupa Gqozo, que tomou o poder em 4 de Março de 1990, ao depor o "Presidente vitalício" Lennox Sebe.

O ANC lançou em Maio uma campanha contra o dirigente do Ciskei, que defende a posição de Pretória nas negociações constitucionais, e pretende anular a parte de independência concedida em 1981 a este território e que não é reconhecida pela comunidade internacional.

Pequena superfície de 8500 quilómetros quadrados (menos de um décimo de Portugal, situada no Sudoeste da África

do Sul, à beira do Oceano Índico, o Ciskei é povoado por cerca de um milhão de xhosas (a etnia de Nelson Mandela, presidente do ANC). Tem por capital Bisho e vive em parte de agricultura, mas os seus principais recursos económicos provêm das remessas dos trabalhadores que emigram para o resto do território sul-africano.

Foi nos seus estatutos que os dirigentes de Pretória criaram o sistema dos bantustões, num total de 10, cada um deles devendo servir para região autónoma de uma determinada etnia.

O Ciskei foi um dos quatro bantustões que o país Pretória acabou por conceder uma "independência" que ninguém ao resto do mundo chegou a reconhecer.

Em igualdade de circunstâncias mantêm-se o Transkei, o Bophuthatswani e o Venda.

perança para o conjunto das sul-africanas.

A imprensa nota que o grupo político considerado maioritário no país deseja não só derrubar o brigadeiro Gqozo mas também os principais políticos do Bophuthatswani, Lucas Mangope, e do KwaZulu, Mangosuthu Buthezi.

Por outro lado, um consultor de riscos políticos, Wim Booysse, afirmou a Reuters que o desfile de segunda-feira pareceu ter sido deliberadamente organizado de forma a ofuscar uma conferência que o Presidente De Klerk patrocinou e em que se debatem a hipótese de um sistema federal para a futura África do Sul.

O ANC é visceralmente contra o federalismo preconizado pelo Partido Nacional e pelo Inkatha, de Buthezi, preferindo um forte Governo central, num Estado unitário.

E isso é um dos obstáculos que se levantaram à Convenção para uma África do Sul Democrática (Cedasa), cujos trabalhos se encontram agora suspensos há duas semanas de há mais de dois meses.

De Klerk propõe "encontro urgente" com Mandela

O PRESIDENTE sul-africano, Frederik de Klerk, propôs ontem ao dirigente negro Nelson Mandela um encontro urgente para discutir o problema da violência no país e tentar alcançar as negociações, permitindo que se estabelecesse uma comissão democrática na África do Sul para investigar.

Falando ao público pela primeira vez desde o momento de quando deixou o Ciskei — quando tropas daquele território entraram no território do grupo de resistência, matando 26 pessoas — De Klerk afirmou: "Não é possível negociar quantos constitucionais sobre o problema da violência se não houver do de forma satisfatória. Uma reunião entre as lideranças do Governo e do Congresso Nacional Africano (ANC) logo que se realizar urgentemente".

O chefe de Estado sul-africano considera "uma vez mais claro" que a atitude do ANC "foram impositivas formas negociações constitucionais" e acentua o movimento de Mandela e o Partido Comunista sul-africano de terem decidido "perseguir com uma manifestação que também poderia incluir a um bando de matar". Adverte também que o Executivo vai "tomar medidas complementares para controlar o acção de pessoas identificadas pelo ANC e aliar qualquer forma de violência".

Quanto, que a assembleia do Governo sul-africano, esteve ontem reunido durante todo o dia, não tinha ainda, ao fim da tarde, respondido à proposta de De Klerk, mas uma fonte não identificada citada pela Reuters afirmou "altamente improvável" que Mandela aceitasse o convite.

As declarações do Presidente foram consideradas informações divulgadas anteriormente pela Associação de Imprensa Sul-Africana (SAPA) que, citando fontes próximas do Governo, indicava que De Klerk autorizaria a suspensão de todos os contactos com o ANC. Além, no entanto, o ministro das Negociações Estrangeiras, P.J. Botha, afirmou na televisão que o seu Governo não estava disposto a reconhecer as conversações ocupadas o ANC promovidas com o seu "plano comunista" para desestabilizar o país.

QwaQwa, "mais branco que branco"

Ignorando estas advertências, o ANC decidiu prosseguir a sua campanha contra os brancos, organizando ontem uma man-

ifestação de protesto tanto dentro como fora das fronteiras do território autónomo do QwaQwa.

Segundo a polícia local, uma marcha pacífica de cerca de 200 pessoas iniciou-se ontem de manhã em Phuthaditjhaba, a "capital" deste enclave habitado pelo etnia xhosa, uma das principais do país. QwaQwa, cujo nome significa "mais branco que branco", devido às colinas existentes naquele região, tem como "presidente" Kenneth Mphahlele, um abalo político do Presidente De Klerk.

A marcha organizada pelo ANC enquadrava-se numa campanha lançada pelo movimento com o objectivo de conseguir "uma actividade política livre em todo o país, incluindo os territórios do KwaZulu, Ciskei, Bophuthatjhaba e QwaQwa". O Qwa Qwa é o mais pequeno dos territórios criados pelo regime de apartheid, para separar a população negra do branco. Como muitos dos homens colonizados no governo destes territórios são aliados do Governo branco de Pretória, o ANC vê a possibilidade de uma aliança entre eles e De Klerk para as primeiras eleições democráticas na África do Sul.

Depois do Comité Executivo Nacional do ANC ter decidido interromper as negociações com o Governo de Pretória, por este não tomar medidas concretas para pôr termo à violência política no país, a direcção do movimento anunciou o início de campanhas de "acções de massa", visando um primeiro lugar os brancos. Estas acções incluem manifestações independentes e manifestações unificadas por Pretória.

No QwaQwa, o ANC protestou contra o abastecimento do "primeiro-ministro" Mphahlele. A polícia do território reagiu logo de manhã a patrulhas em ruas de cidade, depois de Mphahlele ter avisado que só toleraria manifestações pacíficas e que não tinha qualquer intenção de ceder às pressões do movimento de Nelson Mandela.

Após a marcha de ontem, o ANC anunciou para hoje uma "assembleia popular" ao centro de Phuthaditjhaba para pedir o abastecimento de Mphahlele.

No segundo-feira, a marcha de ontem, o ANC anunciou para hoje uma "assembleia popular" ao centro de Phuthaditjhaba para pedir o abastecimento de Mphahlele.

O primeiro-ministro australiano, Paul Keating, afirmou ontem que o facto de De Klerk não ter concedido o momento de Ciskei levanta dúvidas sobre o seu compromisso com o processo de negociação e a situação do Governo sul-africano. No entanto, Washington apelou também aos organizadores de manifestação para prosseguir com cuidado no que diz respeito à futura reunião que se espera que seja objectivo das negociações com o Governo e os restantes grupos representativos da sociedade sul-africana.

África do Sul Mandela aceita encontrar De Klerk

O CONGRESSO Nacional Africano (ANC) anunciou ontem que o seu líder, Nelson Mandela, está pronto para se encontrar numa cidade com o Presidente Frederik de Klerk, desde que o encontro contribua para dar passos concretos para pôr termo à violência no país.

Mas o encontro deverá ser precedido por uma "preparação minuciosa" pelas duas partes, sublinhou o secretário-geral do ANC, Cyril Ramaphosa, por "francamente de uma tal reunião de alto nível significaria um retrocesso irreversível para o país".

Ramaphosa reiterou a posição do ANC de que a responsabilidade pelo momento de segunda-feira no território do Ciskei pertence ao Governo de De Klerk. Mas afirmou que o reconhecimento por parte do Governo de que a violência constitui um obstáculo às negociações "deve marcar o início de uma série de acções práticas" para permitir o resumo das convergências democráticas.

A direcção do ANC reagiu ontem de imediato para decidir que resposta dar à proposta do presidente Frederik de Klerk de encontrar-se com Nelson Mandela para discutir o problema da violência no país. Numa conferência de imprensa quarta-feira, De Klerk tentou desorientar Mandela das almas "comunistas e revolucionárias" que seriam responsáveis pela violência política, desculpando os incidentes do Ciskei, que já morreram 26 pessoas. E afirmou que o assunto da violência deveria ser discutido — e "ao mais alto nível" — antes de continuarem as negociações sobre uma Constituição democrática e multi-racial.

A maioria dos observadores previu que a resposta do ANC seria negativa. Desde o momento de Botswana, a 17 de Junho, o movimento seguiu as duas propostas identitárias. Além, o Governo de Pretória fez ontem um apelo à ONU para que ajude com urgência o país a sair da crise. Numa carta de 20 páginas a Butros Ghali, o ministro das Negociações Estrangeiras, P.J. Botha, pede o envio de um representante com a missão de governar com todas as partes e reportar o progresso de convergências na marcha.

Winnie vencida por uma carta de amor

Winnie Mandela, esposa de Nelson Mandela, dirigente do movimento nacionalista negro da África do Sul, demitiu-se do cargo de todas as suas funções no Congresso Nacional Africano (ANC), após a divulgação de uma carta que teria escrito, em Março, ao seu amante

Na carta, cuja autenticidade nunca negou, Winnie Mandela acusou o advogado de 30 anos Dali Mpofu, com quem alegadamente manteve uma relação amorosa, de ter ligações com outras mulheres. Por causa dele, proibiu-se, o marido, Nelson, não lhe falava há cinco meses e ainda, por culpa dele, tinha um défice na conta bancária de quase 60 mil dólares.

Winnie Mandela, 58 anos, de quem o marido anunciou, em Abril, a separação, declarou, num comunicado publicado quarta-feira à noite em Johannesburg, que se demitia do Comité Nacional Executivo do ANC e da Liga das Mulheres do movimento, "no interesse" do seu "querido esposo" e de sua "amada família".

Lutando há meses para salvar a sua carreira política, posta em causa por uma série de escândalos e acusações, Winnie, com a publicação na imprensa da carta comprometedora, parece ter alcançado o que classificou como uma campanha "viciosa e maliciosa" contra si: "A campanha generalizada contra a minha pessoa e, através de mim, contra a minha organização".

Em Maio do ano passado, o "Meia da Nação", como lhe chamavam, foi condenada a uma pena de seis anos de prisão pelo rapto e agressão de quatro jovens negras, em Dezembro de 1986, de que se encontra em liberdade provisória, por ter interposto recurso da sentença.

Um dos jovens agraciados, Stompie Seipei, de 14 anos, foi encontrado morto duas horas depois e um dos guardas-costas de Winnie, Jerry Richardson, foi condenado à morte pelo seu assassinio, em 1980. Mas o tribunal de Apelação de Bloemfontein, a mais alta instância judicial da África do Sul, comutou a pena em prisão perpétua, terça-feira passada, por considerar que Richardson agiu, se não por ordem, pelo menos sob a influência de Winnie. O tribunal considerou ainda provado que Winnie Mandela agrediu pessoalmente Stompie e os outros três jovens, apesar de não constar a seguir que se encontrava, na altura, a mais de 300 quilómetros de distância.

Em fins de Maio, já após a condenação, surgiram rumores de desvio de fundos por parte de Winnie, do departamento social do ANC. As alegações implicavam já o advogado Dali Mpofu, que Winnie tinha feito seu adjunto na direcção do departamento.

África do Sul Hipóteses de entendimento

Steven Lenz, em Johannesburg

O Presidente De Klerk anunciou ontem a aceitação pelo líder do ANC do seu convite para uma cimeira sobre a violência; e insistiu em que a mesma se efectue o mais urgentemente possível. Na África do Sul não há tempo a perder, depois de um impasse que já vai em cerca de três meses.

O ministro sul-africano do Desenvolvimento Constitucional, Roelf Meyer, vai debater nos próximos dias num comunicado-geral do ANC, Cyril Ramaphosa, a altura e o local em que o Presidente Frederik de Klerk e Nelson Mandela se deverão reunir para tratar dos actos de violência que nas últimas semanas se têm multiplicado no Ciskei e noutras regiões da África do Sul.

De Klerk conferenciou ontem com alguns dos seus principais ministros acerca do encontro condicional pelo Congresso Nacional Africano (ANC) do seu apelo a uma reunião com Mandela e, depois disso, estudou a atitude tomada pelo grupo, o que levanta a esperança de que finalmente se possa combater para um entendimento.

No entanto, o Governo de Pretória pediu ao secretário-geral dos Nações Unidas, Butros Butros-Ghali, que servisse um representante especial à África do Sul, a fim de se tentar pôr as negociações sobre o futuro constitucional do país, interrompidas desde a chancela de Bragança, em Junho. E hoje mesmo não há agraciados alguns observadores da ONU.

Conservadores locais observaram que a falta de confiança entre os principais grupos políticos do país — designadamente o Partido Nacional, no Governo, e o ANC — deturpa a intervenção da Comissão para uma África do Sul Democrática (Codas).

Desta água não beber

O ministro das Negociações Estrangeiras, Roelf "P.J." Botha, disse ontem ter imaginado que Pretória fosse um dia obrigado a pedir a ajuda das Nações Unidas (organização que até há pouco era considerada um laço do regime sul-africano).

Quanto ao líder do Partido Democrático, Zach De Beer, culpou tanto o ANC como o Governo pela actual crise política que está a atrasar a passagem do país para uma arduamente esperada democracia; e declarou que se dotou a tentar agradar aos seus possíveis electores em vez de terem em devida conta os supremos interesses da Nação.

"P.J." Botha alegou que os elementos de linha dura existentes no ANC, designadamente os comunistas, estão a impedir o prosseguimento das negociações, anulando assim a boa vontade dos moderados. Disto mesmo teriam sido prova os incidentes de dia 7 no Ciskei: enquanto o grosso das manifestações sobreviveu no território de Bisho, um grupo liderado pelo destacado comunista Ronnie Kasrils atacou-se do local, através de um banco na cerca e os soldados locais começaram a disparar, matando 26 pessoas.

As discussões, uma vez mais, reuniram-se com Nelson Mandela, o Presidente De Klerk está convencido de que este último continua a ser basicamente um moderado e que ainda poderá ter força para implementar as actuações mais realistas sobre as tensões pela sua altura que se encontram no Partido Comunista e na direcção dos sindicatos.

No entanto, os líderes de linha dura continuam a multiplicar-se, como quando ontem o Chefe do Estado-Maior do Exército sul-africano, ge. George Moring, acusou "Umkhonto we Sizwe" (MK), braço armado do ANC, de ter começado a atacar o brigadeiro Oupa Gqozo, que dirige o Ciskei, um dos territórios criados pelo sistema do apartheid a fim de alargar os territórios grupos populacionais negros.

Moring afirmou que o comandante operacional do MK, Lambert Maki, era esperado ontem no Cabo oriental, onde se altura o território em causa, a fim de coordenar a captura para o ministro de Gqozo.

Um porta-voz do Congresso Nacional Africano, Carl Niehaus, anunciou tratar-se apenas de propaganda governamental; e mencionou que tem de haver um clima propício para a cimeira De Klerk-Mandela, não podendo continuar as acções desta natureza.

Dentro da linha política unitária e controlada do ANC, os brancos não têm qualquer razão de ser e deverão dissolver-se por inteiro no conjunto da África do Sul, de modo a acabar no futuro com os diversos distritos e tribos que têm originado milhares de mortes.